



UC/FPCE\_2015

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Luso-tropicalismo e diversidade cultural em contexto organizacional: um estudo das representações sociais de estudantes universitários**

Ana Maria Cunha Martins Heleno (e-mail: [anamariaheleno@gmail.com](mailto:anamariaheleno@gmail.com))

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

## **Luso-tropicalismo e diversidade cultural em contexto organizacional: um estudo das representações sociais de estudantes universitários**

### Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais do luso-tropicalismo e das atitudes relativas à diversidade cultural, numa amostra de 148 estudantes universitários, bem como refletir acerca das possíveis implicações destas representações e atitudes e das eventuais relações entre elas no contexto organizacional. Pretende-se também contribuir para a validação das duas escalas utilizadas. Este é um estudo exploratório e descritivo, uma vez que existem ainda poucas investigações sobre o tema. Na análise dos dados, foram utilizadas, essencialmente, análises fatoriais exploratórias, estatísticas descritivas e análises de correlações. Os resultados obtidos sugerem, no geral, alguma concordância com as ideias luso-tropicalistas, bem como uma tendência para a aceitação da diversidade cultural. Verificam-se, ainda, algumas correlações significativas entre os fatores de ambas as escalas, cujas possíveis repercussões em contexto organizacional são abordadas na discussão.

Palavras-chave: representações sociais; memória coletiva; luso-tropicalismo; diversidade cultural; organizações.

## **Luso-tropicalism and cultural diversity in organizational context: a study of the social representations of university students**

### Abstract

The present dissertation has the main goal of broadening the understanding about social representations of luso-tropicalism and attitudes related to cultural diversity and the relations between them, in a sample of 148 university students, as well as reflecting about their possible implications on the organizational context. It also aims to contribute to the validation of the two scales of measurement used. This is an exploratory and descriptive study, given the few existent investigations concerning this subject. In relation to data analysis, we used essentially exploratory factor analysis, descriptive statistics and correlation analysis. The results seem to suggest agreement with the general assumptions of luso-tropicalism, to some extent, as well as acceptance of cultural diversity. In addition, some significant correlations were found between the factors of the two scales of measurement, which possible implications in the organizational context are explored in the discussion.

Key-words: social representations; collective memory; luso-tropicalism; cultural diversity; organizations.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim pela dedicação e disponibilidade com que orientou este trabalho, pelo entusiasmo demonstrado e por todas as palavras de incentivo ao longo do semestre. Muito obrigada, professor!

À Marina e à Joana, pelas partilhas e aprendizagens durante as reuniões de segunda-feira. À Filipa, por todas as horas que passámos a trabalhar juntas mas também por todas as conversas, pela partilha de receios e expectativas e por tudo o que aprendemos e ensinámos uma à outra.

A todos os estudantes que disponibilizaram o seu tempo ao participarem neste estudo e que constituem uma parte importantíssima do mesmo.

Aos professores com quem muito aprendi durante a licenciatura. À equipa do Mestrado em Psicologia das Organizações: aos Professores Doutores Paulo Renato Lourenço, Teresa Rebelo, Duarte Gomes, Leonor Pais e Carla Carvalho, por tudo o que nos ensinam e por tão bem nos mostrarem o melhor que esta área tem - as pessoas.

Aos colegas de turma do MIP e do WOP-P, em especial à Cátia e à Elisa, com quem tive o prazer de partilhar muitos momentos de trabalho mas também de partilha e de desabafos.

À Mariana e à Andreia, pelos três anos incríveis em que morámos juntas, por tudo o que veio depois e por tudo o que ainda virá. E ao 48, porque, apesar de tudo, será sempre o melhor prédio da Baixa.

À Soraia. À Sara e à Sofia, porque o que faz uma casa são as pessoas. Obrigada por me receberem tão bem!

À Cláudia, por se ter tornado numa das pessoas mais importantes que conheci em Coimbra.

Aos 18, aos meus padrinhos, João Pedro e Daniela, à minha afilhada Sara e a todos os amigos que levo desta cidade. À ANEP, que me fez crescer e conhecer pessoas fantásticas. Às Mondeguinas, por tudo o que me ensinaram e pelas amigas que fiz e que quero manter.

Aos meus amigos de Anadia (Pedro, Manel, Gama, Henrique, Veiga) e às minhas amigas de todos os momentos (Sofia, Luciana, Daniela, Ju, Catarina, Mascote) que provam, todos os dias, que a distância não chega para quebrar grandes amizades.

À minha família e às pessoas com quem cresci, em especial às minhas avós, Emília e Lourdes, sempre preocupadas e muito orgulhosas, à minha tia Mila, pelos conselhos, pelo apoio, disponibilidade e generosidade de sempre. À minha Lena, ao Sílvio e ao Pê. Aos meus avós, Quim e António, pelo que me deixaram. Sei que estariam muito orgulhosos de mim.

Por último - e principalmente - ao meu pai e à minha mãe, por terem feito com que tudo isto acontecesse e por me ensinarem tudo o que sei de mais importante para me tornar na melhor pessoa possível. Este trabalho é meu, mas também é vosso. Obrigada!

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I - Enquadramento Conceptual</b> .....	3
A teoria das representações sociais .....	3
Representações sociais e memória coletiva .....	8
Luso-tropicalismo: a conceção de Gilberto Freyre.....	9
O percurso do luso-tropicalismo em Portugal .....	10
Sobre o luso-tropicalismo e a sua relação com o racismo .....	13
Luso-tropicalismo e lusofonia .....	14
Olhares críticos sobre a teoria de Freyre.....	15
Diversidade cultural em contexto organizacional.....	17
<b>II - Objetivos</b> .....	22
<b>III - Metodologia</b> .....	23
Desenho da investigação .....	23
Descrição da amostra .....	23
Instrumentos .....	24
Procedimentos de investigação adotados .....	25
1. Análise fatorial exploratória em componentes principais .....	25
2. Análise das correlações de Pearson .....	26
<b>IV - Resultados</b> .....	27
Análise fatorial exploratória em componentes principais.....	27
1. Escala de Luso-tropicalismo .....	27
2. Escala de Diversidade Cultural .....	30
Análise das correlações de Pearson .....	34
1. Escala de Diversidade Cultural e percentagem de imigrantes desejada .....	34
2. Escala de Luso-tropicalismo e Escala de Diversidade Cultural ...	35
<b>V - Discussão</b> .....	36
<b>VI - Conclusões</b> .....	44
<b>Referências</b> .....	46
<b>Anexos</b> .....	51

## **Introdução**

As representações sociais desempenham um papel determinante ao influenciar até as atitudes e comportamentos mais simples dos indivíduos. Por este motivo, revela-se fundamental estudá-las em vários contextos. No presente trabalho, pretende-se explorar a possível influência das representações sociais do luso-tropicalismo no contexto organizacional. O luso-tropicalismo pode ser visto como uma ideologia, um conjunto de ideias, presentes no senso comum, sobre os portugueses e o seu modo de estar em relação aos povos lusófonos. O estudo psicossocial deste conceito enquanto conjunto de representações sociais acerca do povo português constitui uma mais-valia neste domínio (Valentim, 2005). Para além de contribuir para o aumento da compreensão acerca do modo como estas representações se distribuem na sociedade portuguesa, pretende-se, ainda, explorar possíveis relações com as atitudes ligadas à diversidade cultural, articulando estes dois tópicos com o contexto organizacional.

Vivemos, atualmente, num mundo em que as fronteiras entre países são, cada vez mais, atenuadas devido a trocas de natureza diversa, decorrentes, por exemplo, da globalização dos mercados e dos fenómenos migratórios, estes últimos intensificados pela atual conjuntura socio-económica. Assim, sublinha-se aqui a pertinência de aprofundar conhecimentos acerca da diversidade, nomeadamente da diversidade cultural e das atitudes relativas a esta questão. Uma vez que, para além da teoria das representações sociais, este trabalho parte também da teoria do luso-tropicalismo - que encerra uma forte vertente histórica - revela-se fundamental explicitar alguns aspetos de contextualização histórica, pois estes são cruciais para o entendimento desta teoria. Neste momento, importa esclarecer que não se pretendeu, de maneira alguma, fazer um trabalho exaustivo de pesquisa histórica, mas antes perceber os factos essenciais que serviram de base à teoria luso-tropicalista e à sua divulgação em Portugal. Entender o percurso do luso-tropicalismo em Portugal é importantíssimo para compreender como é que tais representações perduram, de uma maneira ou de outra, na mente das pessoas.

A presente dissertação encontra-se dividida em seis partes essenciais. No Enquadramento Conceptual (I), é feita uma contextualização teórica dos principais temas em estudo, com recurso à literatura considerada mais

relevante. De seguida, clarificam-se os Objetivos (II) gerais e específicos desta investigação, bem como a Metodologia (III) utilizada, onde são brevemente descritos os instrumentos usados na recolha de dados e os procedimentos de investigação adotados. Neste capítulo, é também caracterizada a amostra em estudo. Na parte IV, são expostos detalhadamente os principais Resultados decorrentes das análises estatísticas dos dados, seguindo-se a sua Discussão (V). Por último, apresentam-se as principais Conclusões (VI) decorrentes da discussão dos resultados, bem como algumas limitações do estudo e sugestões para futuros trabalhos.

## I – Enquadramento conceptual

### A teoria das representações sociais

A dissertação de doutoramento de Serge Moscovici, *La Psychanalyse, Son Image et Son Publique*, publicada em 1961<sup>1</sup>, marcou o início de uma nova tradição de investigação na psicologia social (Miguel, 2010). É neste trabalho que tem origem o conceito de representação social, bem como a teoria das representações sociais, sendo esta, na opinião de Jesuino (2002, p. 194), a "contribuição mais original e fecunda [de Moscovici] para a psicologia social". No seu estudo, Moscovici abordou a forma como os conceitos da psicanálise foram povoando a sociedade francesa, surgindo em conversas do dia-a-dia e originando novas formas de pensar (Vala & Castro, 2013), com o objetivo de analisar o modo como o senso comum se apropria de uma teoria científica, ou seja, como o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo homem comum e como é que este constrói a sua realidade (Miguel, 2010).

Moscovici partiu do conceito de *representação coletiva*, que se deve a Durkheim, e introduziu algumas alterações, uma vez que considerava que esta noção estava desatualizada e era insuficiente para a compreensão da diversidade de ideias e modos de vida das sociedades, particularmente devido ao seu carácter estático. À noção de representação de Durkheim, Moscovici (1984) acrescentou duas características: as representações devem ser encaradas como um modo específico de compreensão e comunicação daquilo que conhecemos e abordadas a partir de uma perspetiva dinâmica em detrimento de uma perspetiva estática. Por estes motivos, Moscovici reformulou a noção de representação coletiva de Durkheim e nasceu, assim, o conceito de representação *social*. Ao escolher o adjetivo *social* em detrimento de *coletiva*, Moscovici enfatiza a vertente de construção da realidade social, como nota Valentim (2003), encarando esta construção como um processo contínuo e permanente. Moscovici (1984) concebe as representações sociais como formas dinâmicas e plásticas (e não homogéneas e estáticas), dotadas de um carácter móvel e circulante, capazes de influenciar as relações e os comportamentos. Por este motivo, o autor

---

<sup>1</sup> Embora tenha sido publicado pela primeira vez em 1961, o trabalho de Moscovici - *La Psychanalyse, Son Image et Son Publique* - foi reeditado em 1976. Durante a realização do presente trabalho, foi consultada a segunda edição da obra (cf. Referências).

propõe que se encarem as representações sociais como um fenómeno e não como um conceito (Miguel, 2010).

O modo como reagimos a acontecimentos e respondemos a estímulos está relacionado com determinadas definições, partilhadas com os membros da sociedade em que nos inserimos. A teoria das representações sociais tem como ponto de partida a diversidade que caracteriza os indivíduos, as atitudes e os fenómenos, e como finalidade a compreensão do modo como os indivíduos e os grupos constroem uma realidade estável e previsível a partir de tal diversidade (Moscovici, 1984). Segundo Vala e Castro (2013), o objetivo do estudo das representações sociais consiste em perceber as transformações que ocorrem no senso comum, devidas não só à ciência mas também a outros sistemas sociais, atendendo sempre ao facto de que tais alterações ocorrem por meio da comunicação. De acordo com os autores, a teoria das representações sociais coloca a tónica na interação entre os processos sociais e os processos cognitivos, bem como nos seus impactos no pensamento coletivo e individual. A interação social, a comunicação interpessoal e a linguagem constituem aspetos fundamentais na compreensão da génese dos fenómenos representativos, como aponta Jodelet (2011). A autora destaca ainda a dupla relação existente entre os processos comunicacionais e as representações sociais: por um lado, a comunicação está na base da formação das representações; por outro, as representações sociais desempenham um papel diretivo e orientador da comunicação. Os processos de interação e influência que orientam a construção e a dinâmica do pensamento social são também centrais nesta teoria (Miguel, 2010).

A riqueza e complexidade do conceito de representação social dificultam a sua compreensão. Moscovici (1976) admite a dificuldade em definir objetiva e definitivamente o conceito, mostrando-se defensor da necessidade de o manter em aberto, considerando mesmo esta abertura uma mais valia para o seu estudo. Existem, no entanto, algumas definições na literatura, começando pela do próprio Moscovici (1976), que define representação social como uma modalidade de conhecimento específico com a função de organizar os comportamentos e a comunicação entre indivíduos, através da qual as pessoas tornam inteligível a realidade física e social. Para Jesuíno (2002, p. 194), as representações sociais são "discursos circulantes dotados de uma certa homogeneidade, e através dos quais podemos



identificar como grupos humanos processam e constroem o seu próprio universo conceptual, mas também em que medida são esses processos que os constituem como grupo". Miguel (2010, p. 32) descreve as representações sociais, enquanto fenómenos cognitivos, como o "produto de uma atividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e significação da realidade" e ainda como "teorias sociais práticas que regulam a relação com os outros e orientam os comportamentos".

Quanto à construção das representações sociais, esta tem na sua base dois processos psicológicos fundamentais que se encontram interligados: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é um processo implicado na categorização de pessoas, ideias ou coisas. Este processo serve para ancorar ou fixar ideias que nos são estranhas, para reduzi-las a categorias ou imagens habituais, inserindo-as, assim, num contexto familiar que nos permite comparar e interpretar (Moscovici, 1984). Por sua vez, o processo de objetivação consiste em "tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material" (Vala & Castro, 2013, p. 586). Por outras palavras, a objetivação permite tornar o abstrato em algo quase concreto, como se houvesse uma transferência do que está presente na mente para o mundo físico (Moscovici, 1984).

Para Moscovici (1984), o primeiro propósito de todas as representações sociais é transformar algo que desconhecemos em algo familiar. O autor refere que o desconhecido atrai e intriga os indivíduos e as comunidades e que as representações constituem um meio de transferir o que nos perturba ou ameaça do exterior para o interior, isto é, de tornar o que nos é distante em algo familiar e imediato. O que antes parecia abstrato torna-se concreto e quase normal. Assim, as representações sociais desempenham dois importantes papéis (Moscovici, 1984): convenciam os objetos, pessoas e eventos com que nos deparamos e são prescritivas, pois são-nos impostas sem que nos apercebamos. As representações constituem, para os indivíduos, um tipo de realidade. Como convenções acerca do mundo, elas permitem-nos saber o que significa o quê, associar uma ideia, uma pessoa ou objeto a um significado. De um modo simplificado, pode afirmar-se que as representações sociais fazem com que o mundo seja aquilo que pensamos que ele é ou deveria ser (Moscovici, 1976).

Abric (1997a, cit. por Miguel, 2010) enumera quatro funções essenciais das representações sociais. A primeira, relaciona-se com o facto de serem socialmente elaboradas e coletivamente partilhadas, sendo o processo através do qual os indivíduos constroem a realidade e a interpretam. Consiste, assim, numa *função de construção da realidade*. Em segundo lugar, o autor refere-se à *função identitária*: as representações sociais "respondem aos contextos e posições dos atores sociais, situando-os no campo social e permitindo o desenvolvimento de uma identidade compatível com as normas e valores da sociedade" (Miguel, 2010, p. 43). A terceira função consiste na *orientação dos comportamentos como modos desejáveis de ação*, orientando os comportamentos dos indivíduos e organizando as suas condutas sociais. Por último, a quarta função remete para o papel das representações sociais na *justificação a posteriori dos comportamentos e tomadas de posição*.

Jovchelovitch (2008) refere que, na construção do conhecimento, os indivíduos demonstram plasticidade, combinando cognição e emoção, pensamento abstrato e ação, filosofia e pragmatismo, ciência e senso comum - a construção do conhecimento acontece, portanto, sem que sejam invalidados outros momentos e contextos da experiência humana. Moscovici introduziu a noção de *polifasia cognitiva* para explicar a heterogeneidade sociocognitiva na qual se baseia a construção de uma representação social ou, por outras palavras, a tendência para recorrer a diferentes sistemas de pensamento na adaptação aos diferentes contextos (Miguel, 2010). "D'une manière globale, on peut estimer que la coexistence dynamique [...] des modalités distinctes de connaissance, correspondant à des rapports de l'homme et de son entourage, détermine un état de polyphasie cognitive" (Moscovici, 1976, p. 286).

A polifasia cognitiva defende, neste sentido, a existência de vários sistemas de conhecimento em simultâneo, em detrimento da não articulação entre esses mesmos sistemas, expressando, no campo das representações sociais, a natureza dialógica de todos os sistemas de conhecimento (Jovchelovitch, 2008). Articulando a cognição e o conhecimento com o contexto social em que são produzidos, a hipótese da polifasia cognitiva contribui para a compreensão do modo como diferentes representações, significados e estilos de pensamento coexistem na esfera pública (Renedo &

Jovchelovitch, 2007, cit. por Jovchelovitch, 2008).

Como indica Miguel (2010), a teoria das representações sociais defende a necessidade de atender tanto aos processos cognitivos como aos conteúdos sobre os quais estes são exercidos. A articulação dos conteúdos com o contexto histórico e cultural é também uma preocupação central desta teoria, particularmente na abordagem de Denise Jodelet.

Decorrentes da expansão da investigação no domínio das representações sociais, surgiram diferentes abordagens desta teoria. A perspectiva culturalista de Jodelet privilegia os contextos histórico e cultural na compreensão das representações sociais. É também enfatizada a natureza dinâmica das representações sociais, uma vez que estas têm origem em representações já existentes. Neste sentido, é importante e necessária uma contextualização histórica das representações sociais para aumentar a sua compreensão Miguel (2010). A perspectiva descrita reveste-se de particular importância no âmbito do presente trabalho, devido às características das representações sociais do luso-tropicalismo, que se baseiam no passado histórico português.

Não constitui objetivo do presente trabalho descrever detalhadamente as críticas endereçadas à teoria das representações sociais. Ainda assim, não deixa de ser relevante referir a sua existência. Para uma melhor compreensão das questões mais controversas relativas a esta temática, tomemos como exemplo a perspectiva de Howarth (2006).

Embora sublinhe a importância da teoria das representações sociais, Howarth (2006) apresenta uma perspectiva crítica acerca do tema, referindo três problemas que considera controversos, sendo eles a) a relação entre os processos psicológicos e as práticas sociais, b) a reificação e legitimação de diferentes sistemas de conhecimento e c) a possibilidade de resistência e conflito na construção das representações, como em qualquer fenómeno social. Para a autora, devem clarificar-se as questões supracitadas, para que a teoria em questão evolua no sentido de uma teoria crítica e rigorosa.

A teoria das representações sociais é uma teoria complexa, em aberto, *always in the making*, que continua, atualmente, a despertar críticas e opiniões distintas no seio da comunidade científica. Como refere Moscovici (cit. por Howarth, 2006, p. 30), "a social representation is not a quiet thing".

### **Representações sociais e memória coletiva**

De acordo com Bar-Tal (2014), as representações sociais constituem a realidade social construída e partilhada pelos membros de um grupo. Não são apenas possuídas por cada indivíduo mas também expressas publicamente, a nível individual ou coletivo, e refletidas através dos produtos de uma sociedade, como livros, filmes ou outras formas de arte. Este autor refere ainda que as representações sociais sobre a história coletiva constituem um meio de descrição e compreensão significativo sobre o passado, consistindo na construção desse mesmo passado por uma coletividade, através de símbolos, mitos e acontecimentos importantes que fazem parte da cultura do grupo. O estudo da memória coletiva é, assim, importante para a compreensão do funcionamento de uma sociedade e da sua atividade no presente.

À semelhança da noção de representação social de Moscovici, também o conceito de memória coletiva foi influenciado pelas ideias de Durkheim. Este conceito foi introduzido no campo das ciências sociais pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, para quem a primeira função da memória consiste em promover a criação de uma ligação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, contribuindo para a definição dos valores e das significações predominantes do grupo. Considera, assim, que a memória coletiva define a identidade do grupo e assegura a sua continuidade no tempo e no espaço (Peralta, 2007).

Bar-Tal (2014, p. 5.4) define memória coletiva como "shared social representations on particular themes regarding the remembered past of the society that provide epistemic foundation for the group belonging, unity, solidarity, and identification". Para Jedlowski (2001, cit. por Sá, 2007), este fenómeno consiste num conjunto de representações sociais sobre o passado, produzidas por um grupo e institucionalizadas e transmitidas através da interação dos seus elementos. Todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu passado coletivo, memória essa que é inseparável da manutenção da identidade do próprio grupo (Peralta, 2007).

Bar-Tal (2014) afirma que as representações sociais que constituem a memória coletiva não pretendem contar uma história objetiva do passado, preocupando-se antes com os aspetos desse passado que são funcionais e relevantes face às necessidades presentes e futuras da sociedade, estando,

por isso, sujeitas a enviesamentos e distorções. Com efeito, Sá (2007) afirma que o simples facto de se ter conhecimento de algo é, por vezes, suficiente para incorporar tal evento na memória, mesmo que não exista uma verdadeira memória sobre isso: "o que é lembrado do passado está sempre mesclado com aquilo que se sabe sobre ele" (Sá, 2007, p. 291).

Como veremos mais à frente - a propósito da propagação das ideias luso-tropicalistas pelo Estado Novo - a memória coletiva pode servir decisões políticas e económicas a um nível societal, sendo usada para justificar ações passadas, presentes e futuras. Além disso, pode também ser usada para servir interesses políticos e de poder, para justificar práticas, objetivos e linhas de ação (Bar-Tal, 2014).

### **Luso-tropicalismo: a conceção de Gilberto Freyre**

Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, pode ser considerado o "pai" do luso-tropicalismo. Esta conceção começa a ser construída no seu livro *Casa-Grande & Senzala* sem, no entanto, haver uma referência ao termo em si ou uma definição do conceito. Ainda assim, os principais fundamentos do luso-tropicalismo são lançados nesta obra. Num segundo momento - e na sequência de uma série de conferências proferidas em Londres, Lisboa, Porto e Coimbra - o autor edita, em 1940, *O Mundo Que o Português Criou*, onde o alcance das suas ideias luso-tropicalistas é alargado e generalizado, aplicando-se estas não só à colonização do Brasil mas a todas as colónias portuguesas (Castelo, 1998). *Casa Grande & Senzala*, sendo talvez a obra mais emblemática de Freyre, data de 1933 e representa um corte com o pensamento dominante no Brasil, à época. Nas palavras de Alexandre (1999, p. 392), Freyre veio destacar e "reavaliar o papel do negro na constituição do carácter brasileiro", contrariando as "correntes dominantes na época - que viam na «mistura de raças» uma das causas principais da «degeneração» do brasileiro". No entanto, para além desta vertente, o luso-tropicalismo abrange ainda uma outra faceta - a que nos interessa, particularmente, neste trabalho - relacionada com os colonos portugueses e o seu modo de estar e agir nos trópicos.

Freyre (1933) afirma que os portugueses teriam características únicas, facilitadoras da sua adaptação nos trópicos, que os levaram ao sucesso na colonização do Brasil, sendo elas as seguintes: 1) mobilidade - os

portugueses, sendo um povo pouco numeroso, conseguiram espalhar-se pelo mundo e por diferentes países consoante as necessidades específicas de cada local (nomeadamente, das suas colónias e territórios explorados) de tal forma que esse constituiu um dos elementos fundamentais das suas vitórias além fronteiras; 2) miscibilidade ou miscigenação - a mistura, o cruzamento biológico e cultural com outros povos que, mais do que a mobilidade, permitiu aos portugueses compensar a falta de volume humano para a colonização em grande escala; 3) aclimatibilidade ou capacidade de adaptação ao clima tropical - como o clima em Portugal se aproxima do clima africano, os portugueses que chegaram aos trópicos não terão sentido tantas dificuldades de adaptação às condições climáticas (em comparação com outros povos colonizadores europeus como, por exemplo, os nórdicos, que, habituados a climas frios, tiveram dificuldades em adaptar-se ao clima tropical) constituindo este um dos principais fatores favoráveis ao triunfo da colonização dessas terras.

### **O percurso do luso-tropicalismo em Portugal**

Quanto à receção do luso-tropicalismo em Portugal, os historiadores (Alexandre, 1999, 2000; Castelo, 1998) distinguem dois momentos: um primeiro, nos anos 30 e 40, em que as ideias de Freyre são recebidas com bastante reticência e não encontram a aceitação oficial do regime, e um segundo, nos anos 50, em que as teses do sociólogo brasileiro são adotadas pelo Estado Novo, que as incorpora no discurso oficial do regime para propaganda da sua política colonial. Relativamente a este segundo momento, importa salientar que o aproveitamento das ideias de Freyre pelo regime salazarista não se traduziu na sua adaptação à prática administrativa ou sequer à sua adoção como doutrina oficial (Castelo, 1998). Tratou-se, antes, do aproveitamento de uma oportunidade para afirmar o carácter português e a união do seu povo, colocando o ênfase na difusão dos valores ocidentais junto de povos vistos como não civilizados. Neste sentido, não deixou de constituir uma jogada de cariz etnocêntrico e assimilacionista, como aponta Alexandre (1999). Tratou-se, pois, de uma "apropriação seletiva" (Valentim, 2003, p. 84) do luso-tropicalismo, que destacava apenas os aspetos nacionalistas desta teoria.

Nos anos 30 e 40, embora predominasse, em Portugal, a ideologia

imperial<sup>2</sup>, o luso-tropicalismo não foi bem recebido pelo regime. O motivo destas reservas iniciais prendia-se, essencialmente, com a sua "apologia da mestiçagem" (Alexandre, 2000, p. 142), com a posição de Gilberto Freyre a favor do cruzamento biológico e cultural entre brancos, negros e indígenas, que daria origem ao mestiço, cujas características elogiava com grande entusiasmo. Note-se que, nesta época, a miscigenação era reprovada e vista como algo que contaminaria a pureza da "raça lusa", sendo estas ideias disseminadas e legitimadas por importantes personalidades da ciência em Portugal, nomeadamente da Antropologia, como, por exemplo, Eusébio Tamagnini. O emblemático antropólogo português, não só adotava uma posição assumidamente contra a mestiçagem como, indo mais longe, se mostrava defensor da eugenia, chegando mesmo a criar, em 1934, a Sociedade Portuguesa de Eugenia, que se manteve ativa durante 40 anos (Areia & Rocha, 1985, cit. por Valentim, 2003). De facto, durante os anos 30 e 40, o único aspeto da teoria de Gilberto Freyre que é acolhido e aceite com unanimidade pelo regime português é a suposta capacidade única dos portugueses para a colonização (Castelo, 1998).

Como explica Alexandre (2000), após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, aumentam as pressões externas contra o sistema colonial vigente em vários países europeus - entre os quais se encontra Portugal - pressões essas decorrentes das cada vez mais notadas posições contra o racismo e o etnocentrismo, que o Holocausto fez surgir. Neste sentido, o Estado Novo recua na sua não aceitação do luso-tropicalismo, adotando-o como suposta doutrina oficial e fazendo dele um instrumento de propaganda que exaltaria o povo português e as suas conquistas no ultramar. Com efeito, Gilberto Freyre chega mesmo a visitar Portugal e as suas colónias, em 1951, a convite do então ministro do Ultramar português, Sarmento Rodrigues. Desta visita resultam dois livros, um dos quais, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), é a primeira obra em que o autor utiliza o conceito de luso-tropicalismo e viria a servir de base para a legitimação da política colonial portuguesa. De facto, a visita do sociólogo a Portugal e às suas colónias é preparada de modo a que só lhe seja mostrado aquilo que é

---

<sup>2</sup> Como pode ser atestado pelo artigo 2º do Ato Colonial de 1930, no qual podia ler-se que a "essência orgânica da Nação Portuguesa [é] desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam" (cf. Alexandre, 2000, p. 140).

conveniente ao regime. No entanto, Freyre sublinha, alguns anos mais tarde, que o seu conceito de comunidade tropical não se reveste de carácter político, mas sim sociológico, adiantando ainda ser sensível às questões da independência dos povos sob domínio português (Castelo, 1998).

No final dos anos 50 e início dos anos 60, Gilberto Freyre edita mais dois livros: *Integração Portuguesa nos Trópicos* e *O Luso e o Trópico*, respetivamente. Independentemente da posição do autor em relação à independência das colónias, estas duas obras são também elas usadas pelo Estado Novo como provas, supostamente científicas, que legitimam a sua política colonial, constituindo um elemento de propaganda essencial para justificar o império português além fronteiras (Castelo, 1998). Além dos aspetos mais nacionalistas do luso-tropicalismo, que serviam os interesses coloniais do regime, não deixa de ser importante também o prestígio internacional de que gozava o autor desta teoria (Alexandre, 1999), uma vez que, nesta fase, o principal papel da propaganda do Estado consistia em divulgar para o exterior uma imagem positiva dos portugueses e legitimar o seu império. No entanto, o discurso oficial para consumo externo encobria as verdadeiras intenções do regime, fazendo transparecer uma "comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura" (Castelo, 1998, p. 97).

Importa ainda referir que o luso-tropicalismo não foi apenas recebido e acolhido em Portugal pelo regime, mas também, como referem Alexandre (1999) e Castelo (1998), pelo meio académico, em especial na área das ciências sociais, onde se destacam autores como Adriano Moreira, na Ciência Política e Jorge Dias, na Antropologia.

Apesar dos esforços internos para que as teses luso-tropicalistas fortalecessem a imagem e posição do governo português, tal objetivo não foi alcançado. Mesmo assim, esta doutrina não deixou de se infiltrar nas mentalidades das pessoas, dando forma a uma imagem relativamente duradoura dos portugueses (Castelo, 1998). As ideias luso-tropicalistas permanecem sob a forma de "uma ideologia difusa, assente em algumas noções vagas, comumente aceites" (Alexandre, 1999, p. 394) sobre o povo português e as suas características. De facto, Alexandre (2000) afirma que o luso-tropicalismo - ou a versão portuguesa deste - não desapareceu do país



nem das mentalidades com a queda do regime em 1974 ou com a independência das colónias em 75. O autor nota que a principal explicação para a permanência destas ideias na atualidade consiste na sua aproximação aos fundamentos do nacionalismo português. O luso-tropicalismo mantém-se, assim, presente na sociedade portuguesa contemporânea, refletindo-se em diferentes expressões do senso comum, em conversas banais do quotidiano, em manifestações culturais e até na comunicação social (Cunha, 1997, cit. por Valentim, 2003), e continua a moldar "atitudes, representações e políticas (...) nos diversos espaços de língua portuguesa" (Bastos, 1998, cit. por Valentim, 2003, p. 91).

### **Sobre o luso-tropicalismo e a sua relação com o racismo**

A conceção do luso-tropicalismo como "carácter nacional" é também invocada relativamente ao racismo e ao preconceito em Portugal. Valentim (2003) afirma que existem algumas normas sociais dominantes relativas a este tema, entre elas a crença na ausência de preconceito dos portugueses. Ainda Valentim (2011b) nota que, neste contexto, estas características específicas, este "carácter nacional", servem frequentemente para argumentar a favor da ideia de que em Portugal existe menos racismo do que noutros países europeus, ou seja, de que o luso-tropicalismo confere aos portugueses uma suposta imunidade contra o racismo (Alexandre, 1999). No entanto, Vala, Brito e Lopes (2000) referem-se às novas formas de racismo, afirmando que o racismo subtil se exprime através de crenças que se coadunam com o que é socialmente aceitável, mesmo em sociedades formalmente anti racistas.

Apesar das crenças na suposta ausência de racismo portuguesa, Vala et al. (2000), ao analisarem as expressões dos racismos - flagrante e subtil - em Portugal, não confirmam tal ideia. Definindo o racismo como um conjunto de crenças e emoções negativas expressas relativamente a uma categoria social racializada, os autores compararam a organização destas crenças em Portugal com a sua organização noutros países europeus (nomeadamente, França, Inglaterra, Alemanha e Holanda). Os resultados do estudo mostram que as crenças racistas são organizadas de modo semelhante em Portugal e nos outros países europeus indicados e que, portanto, "os fatores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes

daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países" (Vala et al., 2000, p. 55).

Adoptando a terminologia de Taguieff (cf. Valentim, 2003), podemos considerar que as posições "mixóforas", de aversão ao mestiço e à sua mistura com os portugueses, se manifestam hoje disfarçadas de argumentos culturalistas e sob a forma de representações sociais relacionadas com o receio da mestiçagem. Ou seja, está presente o racismo subtil a que se referem Vala et al. (2000). Por contraste, as posições "mixófilas", características do discurso de Freyre e da sua doutrina luso-tropicalista, defendem que não existem "raças puras" e que todos somos resultado da mistura, sendo, por isso, todos mestiços. Esta conceção vem, assim, fazer com que o racismo deixe de ter sentido - se não existem raças, não existe racismo. No entanto, é também ela pautada por alguns paradoxos. Na exaltação da mestiçagem e na sua preferência pelo mestiço, esta conceção entra em contradição com as suas próprias premissas de base, em particular com a ideia de que somos todos mestiços.

### **Luso-tropicalismo e lusofonia**

Valentim (2003) refere que é em torno da lusofonia que se encontram algumas das variantes mais ricas do luso-tropicalismo. A lusofonia traduz-se por uma afinidade, uma relação especial entre comunidades que partilham a mesma história e a mesma língua, a portuguesa. A sua relação com o luso-tropicalismo, afirma o mesmo autor, não é linear, não sendo uma simples atualização deste conceito. A relação entre as representações da lusofonia e as do luso-tropicalismo, diz-nos ainda Valentim (2003), varia consoante as diferentes pertenças nacionais e também as diferentes posições ideológicas, especialmente as relativas ao colonialismo.

No entanto, estes dois conceitos não são incompatíveis - como afirma Castelo (1998), o luso-tropicalismo, fora da conceção nacionalista adotada seletivamente pelo regime na década de 50 e 60, é passível de sobreviver no seio de uma comunidade lusófona constituída por estados independentes. Esta comunidade nasce em 1996. A CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - consiste numa organização da qual são membros Portugal e as suas ex-colónias (atualmente, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e

Timor-Leste) e tem como objetivo geral "o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros" (CPLP, 2014).

Segundo Santos (2005, p. 74), a CPLP consiste numa "comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do fator linguístico comum, funcionando como fórum de encontro e de cruzamento das culturas da lusofonia". Não é só através deste sentimento de pertença e de afirmação e defesa da lusofonia que a CPLP desempenha um papel importante. Vejamos, também, as questões dos fluxos migratórios entre os países lusófonos, facilitadas por esta relação entre os estados membros da CPLP. Como afirmam Marques e Góis (2011), devido à atual conjuntura de crise económica, tem-se assistido, no seio do sistema migratório lusófono, ao aumento da centralidade de países como, por exemplo, Angola, que assume, neste contexto, o papel de emissor mas também de recetor de migrantes, nomeadamente portugueses. Com efeito, verificou-se, nos últimos anos, um aumento significativo da presença de trabalhadores portugueses em Angola: de acordo com dados do Observatório de Emigração (Pires, Pereira, Azevedo & Ribeiro, 2014), o número de registos consulares de emigrantes portugueses em Angola ultrapassava, em 2013, os 115000.

### **Olhares críticos sobre a teoria de Freyre**

Como refere Valentim (2011a), o luso-tropicalismo consiste numa conceção largamente difundida acerca do povo português, sendo vista como uma característica específica do mesmo e servindo frequentemente de argumento ou justificação para o modo como este se relaciona com outros povos. No entanto, esta conceção é alvo de algumas críticas e questionamentos por parte de vários autores. Focar-nos-emos, de seguida, em alguns pontos de vista críticos acerca do pensamento de Freyre.

Como indica Castelo (1998, p. 38), Gilberto Freyre defende a existência de uma "arte lusitana das relações humanas, das adaptações culturais, das transações sociais em espaços ou terras quentes". A autora sublinha a tendência para a generalização, a partir do caso brasileiro, deste sucesso português na colonização e nas relações com outros povos. A partir da sua interpretação do caso do Brasil, Freyre generalizou as suas conclusões para todos os territórios colonizados por Portugal inferindo, assim, acerca de realidades que desconhecia. Com efeito, já António Sérgio tinha proferido

uma crítica relacionada com a suposta singular capacidade de adaptação dos portugueses (Alexandre, 1999; Castelo, 1998), no prefácio que escreveu para a obra de Freyre, *O Mundo Que o Português Criou*. O autor aponta uma contradição na teoria gilbertiana, relacionada com o êxito português nos trópicos e a não correspondência do mesmo em território europeu. Se o português é dotado de plasticidade, de uma especial capacidade de adaptação e de relacionamento com outros povos, seria lógico que, nesse sentido, o seu sucesso se verificasse também na Europa - algo que não se verificava. Assim, apresenta um outro ponto de vista em alternativa às explicações de Freyre, atribuindo as causas do sucesso dos portugueses nos trópicos às condições físicas, ambientais e produtivas dessas regiões, que se lhes mostraram favoráveis. "Facilidades de terreno e de condições de clima (...), facilidades de energia hidráulica para a necessária elaboração do seu produto: eis o que o português foi encontrar no Brasil; eis o que a sorte lhe recusou na Europa" (Sérgio, 2000<sup>3</sup>, p. 38).

Uma outra crítica à teoria de Freyre é feita por Mário Pinto de Andrade, sob o seu pseudónimo Buanga Fele. O autor critica fortemente a teoria luso-tropicalista, em especial a generalização feita por Gilberto Freyre, do caso do Brasil para todas as outras colónias portuguesas. Para Fele (1955), o luso-tropicalismo é uma ilusão, uma mistificação decorrente de uma falsa interpretação da génese da expansão marítima portuguesa, sendo inteiramente falso relativamente à realidade colonial em África, da qual é conhecedor e onde diz nunca ter havido a tal reciprocidade cultural e ausência de preconceito que, segundo Freyre, caracterizaria os portugueses. Diz ainda que a fraqueza da teoria de Freyre reside, acima de tudo, na recusa de ver o "aparelho colonial" como um meio de exploração económica liderada pelo poder político.

Charles Boxer, historiador britânico, documentou e analisou, de um ponto de vista crítico, as relações raciais nas colónias portuguesas em África, na Índia e no Brasil. Boxer (1977) concluiu que a colonização portuguesa não se caracterizou, invariavelmente, por uma integração harmoniosa com os restantes povos. Não pretendendo fazer dos portugueses "nem anjos nem

---

<sup>3</sup> O texto original de António Sérgio data de 1940 (prefácio da obra de Gilberto Freyre, *O Mundo Que o Português Criou*). Porém, por motivos de dificuldade de acesso à obra original, a referência consultada durante a elaboração deste trabalho consiste numa publicação de 2000 (cf. Referências) (onde o texto foi novamente publicado).

demónios", o autor nota que, salvo algumas exceções, "a regra geral social prevalecente era a de uma consciente superioridade branca" (p. 43). Devido ao conteúdo da sua obra, esta chegou mesmo a ser proibida pela censura durante o regime ditatorial em Portugal<sup>4</sup>.

Por último, salienta-se ainda a perspetiva de Alfredo Bosi que, após sublinhar a importância dos trabalhos de Freyre para a compreensão da condição colonial no Brasil, chamou a atenção para a necessidade de reinterpretar certos aspetos, tais como o facto de os colonos portugueses terem adotado técnicas e hábitos dos negros e indígenas, não significar, por si só, que existisse "um regime propriamente recíproco de aculturação" (Bosi, 1992, p. 28).

### **Diversidade cultural em contexto organizacional**

Se os argumentos culturalistas e o "elogio do mestiço" constituíram as principais barreiras na rejeição inicial que o luso-tropicalismo encontrou em Portugal, atualmente estes são dois aspetos que se adaptam à "crescente culturalização dos temas sociais" (Valentim, 2003, p. 88). As sociedades europeias contemporâneas são cada vez mais caracterizadas pelo multiculturalismo. Se a teoria de Freyre se edificou com base na presença dos europeus nos países tropicais, assiste-se, nos dias de hoje, à crescente presença dos trópicos na Europa. Ora, este facto vem destacar a necessidade de se justificar e consolidar as sociedades multiculturais e multiétnicas que dele derivam, nomeadamente na área do trabalho (Moreira, 2000, cit. por Valentim, 2003).

Fine (1996), há quase 20 anos atrás, chamava a atenção para o crescente interesse nas questões da diversidade cultural em contexto de trabalho e para a importância da investigação nesta área. A autora referia ainda que o marco que legitimou o estudo da diversidade cultural nas organizações, nos Estados Unidos, foi a publicação e divulgação do livro *Workforce 2000: Work and Workers for the 21st Century*, por Johnston e Packer, em 1987, que abordava as tendências demográficas naquele país. Esta obra representou, assim, uma mudança no modo como as diferenças no local de trabalho eram encaradas, passando a ser reconhecidas e valorizadas e não suprimidas e negadas. Para além da dimensão mais humana e das

---

<sup>4</sup> cf. Castelo (1998, p. 42).

questões sociais, a gestão da diversidade cultural constitui um tópico de interesse estratégico para as organizações, pois como afirma Moghaddam (1998, p. 497), "the business world is investing in news ways of managing diversity because this strategy makes sound financial sense. The global market demands that we be able to do business with people from many different cultures".

Em comparação com os Estados Unidos, as questões da diversidade cultural no trabalho, na Europa, apenas começaram a ganhar relevo alguns anos mais tarde. No entanto, atualmente, o conhecimento de diferentes línguas e a familiaridade com outras culturas assumem um papel muito importante no estabelecimento de relações profissionais entre os países europeus e os seus parceiros internacionais (Podsiadlowski, Gröschke, Kogler, Springer & Zee, 2013). A comunicação eficaz com diferentes grupos é, sem dúvida, essencial para a nossa sobrevivência global. Fitzgerald (1997) defende que a aceitação de diferentes estilos de vida, das minorias sexuais e étnicas e das diferentes culturas constitui um dos maiores desafios no contexto organizacional. Com efeito, Lavaty e Kleiner (2001, cit. por Seymen, 2006) afirmam também que uma das tendências mais importantes no contexto organizacional, durante o século XXI, consiste no aumento da diversidade dos seus recursos humanos. Atualmente, a maioria dos países possui uma estrutura demográfica multicultural (Loo, 1999, cit. por Seymen, 2006). A globalização fez com que cada vez mais pessoas começassem a viver e trabalhar fora dos seus países de origem, o que, por sua vez, aumentou a mistura e o contacto permanente dessas pessoas com indivíduos de outras culturas. A diversidade cultural nas organizações é, por isso, um facto inevitável e bastante significativo. De acordo com Seymen (2006), o importante é melhorar as políticas e práticas organizacionais no sentido de diminuir os aspetos e consequências negativas e salientar as vantagens da diversidade.

Tayeb (1997, cit. por Seymen, 2006) sublinha que a cultura nacional, como conjunto de valores, atitudes e comportamentos, é manifestada nas organizações pelos seus trabalhadores, e que a cultura como fenómeno social afeta diretamente as relações entre as pessoas de uma organização. As pessoas são influenciadas pela sua cultura sem que estejam conscientes disso (Kazi & Zadeh, 2011). A identidade social e as semelhanças percebidas têm

consequências ao nível das relações intergrupais em contextos de trabalho marcados pela diversidade cultural. Tais consequências podem ser negativas - originando discriminação, estereótipos e conflitos - ou positivas - promovendo a criatividade e inovação e melhorando a capacidade de resolução de problemas (Krell & Wächter, 2006, cit. por Podsiadlowski et al., 2013). Fleury (2000) afirma que é o contexto organizacional que determina se o impacto da diversidade cultural numa organização é negativo ou positivo.

A gestão da diversidade é descrita por Cox (1993) como o conjunto de práticas organizacionais de gestão de pessoas que maximizam as potenciais vantagens da diversidade. Por sua vez, Seymen (2006) encara a gestão da diversidade como uma resposta ou reação das organizações à necessidade de competitividade e à crescente multiplicidade das suas pessoas. A autora refere ainda que a gestão da diversidade cultural implica uma visão holística, de modo a criar um ambiente organizacional que permita a todos os indivíduos desenvolver ao máximo o seu potencial, na persecução dos objetivos organizacionais.

MacMahan, Bell e Virick (1998) referem que, no campo da diversidade cultural, a maior parte da literatura existente afirma a necessidade de a valorizar e gerir eficazmente, apontando os potenciais benefícios decorrentes dessa gestão. No entanto, num trabalho mais recente, Seymen (2006) afirma que não existe consenso acerca da gestão da diversidade cultural, sendo este um tópico que reúne várias abordagens distintas - enquanto alguns autores consideram a diversidade cultural uma vantagem, outros encaram-na como um problema difícil de gerir. A autora reuniu várias perspetivas distintas sobre este tópico; com base no seu trabalho de revisão de literatura abordaremos, de seguida, algumas delas.

As abordagens que defendem a diversidade cultural nas organizações afirmam que esta constitui uma ferramenta importante no aumento da vantagem competitiva de uma organização. De facto, de acordo com Seymen (2006), alguns estudos neste âmbito revelaram que grupos de trabalho culturalmente heterogéneos podem conceber soluções mais eficazes para os problemas organizacionais. Nesta linha de pensamento, a diversidade cultural é encarada como necessária, útil e animadora no contexto organizacional. Ainda, a diversidade cultural entre os indivíduos de uma

organização pode traduzir-se numa vantagem quando se lida com um conjunto de clientes também ele diversificado ou com mercados internacionais (Podsiadlowski et al., 2013).

Noutra linha, existem abordagens que defendem a necessidade de considerar separadamente as vantagens e desvantagens da diversidade cultural. No âmbito desta perspectiva, alguns autores afirmam que o que define o impacto da diversidade numa organização é, em grande parte, o clima que se vive nessa organização, e não apenas o facto de existir diversidade. Isto é, se a diversidade cultural for adequadamente gerida pode beneficiar o desempenho organizacional; por outro lado, se for ignorada ou mal gerida pode prejudicá-lo. O que distingue esta perspectiva da anterior é o facto de, aqui, se salientar a necessidade de dedicar tanta atenção (ou até mais) aos problemas e desvantagens da diversidade cultural (para que possam ser minimizados) como aos seus benefícios (visando a maximização destes) (Seymen, 2006).

Por último, destacam-se as abordagens que enfatizam a necessidade de mesclar a diversidade cultural com a cultura dominante nas organizações. Alguns autores encaram a gestão da diversidade cultural como uma tentativa de criar uma cultura organizacional comum, em que pessoas de diferentes países e culturas possam trabalhar juntas sem que essas diferenças sejam notadas (Düren, 1999, cit. por Seymen, 2006), criando, assim, um sentimento de identidades culturais comuns. A ideia, neste contexto, é a criação de uma cultura organizacional comum e homogénea (Seymen, 2006). Walck (1995) tece uma crítica a esta abordagem assimilacionista: se as várias formas de diversidade são reduzidas a uma só cultura, a cultura dominante da organização, então tal estratégia não serve a gestão da diversidade, mas antes a sua eliminação. A autora vê a gestão da diversidade como uma negociação da interação entre grupos com culturas diferentes, promovendo as boas relações entre os seus elementos num ambiente caracterizado pela diversidade. A assimilação da cultura organizacional dominante consiste numa estratégia com consequências negativas, quer para os indivíduos, quer para a própria organização. Ao assimilar uma cultura alheia, os indivíduos perdem a liberdade de se exprimirem genuinamente num contexto relacional que ocupa grande parte do seu quotidiano (Bell, 1990, cit. por Fine, 1996). Entre os custos desta assimilação, para a



organização, encontram-se a limitação da visão organizacional e a diminuição da sua produtividade.

As crenças e expectativas dos membros de uma organização acerca das razões que justificam a diversidade, o seu valor e a sua relação com o trabalho traduzem-se na perspetiva da organização acerca da diversidade cultural, sendo que as práticas de gestão da diversidade adotadas variam consoante a perspetiva dominante da organização (Podsiadlowski et al., 2013). Thomas e Ely (1996) distinguem, assim, três abordagens possíveis: 1) discriminação e justiça (*discrimination and fairness paradigm*), 2) acesso e legitimidade (*access and legitimacy paradigm*) e 3) aprendizagem e eficácia (*learning and effectiveness paradigm*). A primeira perspetiva foca-se no pressuposto da equidade e do respeito por todos os colaboradores, com base na igualdade de oportunidades e na justiça. Esta abordagem enfatiza que todos são iguais - no entanto, ao fazê-lo, pressiona os colaboradores a ignorar as diferenças entre eles, sendo que algumas dessas diferenças são importantes e não deveriam ser negligenciadas. A segunda perspetiva, pelo contrário, foca-se na aceitação e comemoração das diferenças, bem como no reconhecimento do seu valor estratégico para a organização. A diversidade cultural entre os colaboradores ajuda a organização a entender melhor o seu mercado, já que este é pautado também pela diversidade, e a compreender e servir melhor os seus clientes. O pressuposto que está na base deste paradigma consiste em reconhecer que a diversidade não é apenas uma questão de justiça, mas também que comporta valor estratégico. No entanto, ao concentrar-se no papel das diferenças culturais na procura de nichos específicos de mercado, as organizações, esquecem-se, muitas vezes, de analisar o modo como essas diferenças afetam, na realidade, o trabalho. O terceiro e último paradigma transcende os dois primeiros; promove oportunidades iguais para todos, como o primeiro, e reconhece e valoriza as diferenças entre os indivíduos, à semelhança do segundo. No entanto, as organizações que adotam esta abordagem, internalizam estas diferenças na sua cultura, crescendo e aprendendo com elas. Os seus membros sentem-se parte da mesma equipa *com* as suas diferenças e não *apesar* destas. Consiste numa perspetiva integradora que, para Thomas e Ely (1996), enfatiza e aproveita os verdadeiros benefícios da diversidade cultural no contexto organizacional.

## II - Objetivos

A presente dissertação aborda o luso-tropicalismo como uma teoria largamente difundida acerca dos portugueses e das suas atitudes em relação a pessoas de diferentes origens culturais. Neste sentido, e partindo também da teoria das representações sociais, o objetivo geral é analisar as representações sociais do luso-tropicalismo e as atitudes relativas à diversidade cultural numa amostra de estudantes universitários e as possíveis relações existentes entre elas. É com base nesta análise que se discutem, adiante, possíveis implicações para o contexto organizacional, tendo em consideração que as questões da diversidade cultural e da sua gestão assumem, atualmente, um papel de relevo no mundo do trabalho. Dada a escassez de estudos sobre o tema aqui tratado, este é também um trabalho exploratório que poderá servir de ponto de partida para futuras investigações, contribuindo, assim, para o aumento da compreensão da teoria luso-tropicalista, das suas repercussões no modo de pensar e agir dos portugueses (nomeadamente, no contexto organizacional) e também para o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados. Assim, os objetivos específicos deste estudo consistem em:

- i. Contribuir para o aumento da robustez e da fidelidade da Escala de Luso-tropicalismo e para a melhoria da sua estrutura fatorial;
- ii. Contribuir para a tradução e adaptação da Escala de Diversidade Cultural em Portugal, bem como para a criação de itens novos em duas possíveis dimensões;
- iii. Aprofundar o conhecimento sobre as representações sociais luso-tropicalistas na sociedade portuguesa contemporânea.
- iv. Aprofundar o conhecimento sobre as atitudes dos estudantes acerca da diversidade cultural, no sentido da aceitação ou da rejeição;
- v. Perceber as relações entre as representações sociais do luso-tropicalismo e as atitudes em relação à diversidade cultural;
- vi. Explorar possíveis implicações destas relações no contexto organizacional;

A pertinência dos temas aqui tratados, nomeadamente no contexto organizacional, será explorada com mais detalhe na discussão, onde se tentará dar resposta aos objetivos deste trabalho com base nos resultados obtidos e na sua articulação com a literatura já existente.

### III - Metodologia

#### Desenho da investigação

O desenho metodológico da presente investigação assenta num plano não experimental, descritivo e exploratório. O seu carácter não experimental (ou correlacional) decorre da não manipulação das presumíveis variáveis independentes em estudo, bem como da impossibilidade de controlo de aspetos inerentes aos participantes, nomeadamente das diferenças individuais (Alferes, 1997). É também um estudo descritivo, na medida em que pretende ainda apresentar as médias dos vários fatores do luso-tropicalismo e da diversidade cultural. Dada a escassez de investigações sobre esta temática, este trabalho é também exploratório, pois pretende-se afinar a Escala de Luso-tropicalismo, no sentido de contribuir para a melhoria da sua estrutura fatorial e para o aumento da sua consistência interna, e também contribuir para a adaptação e tradução da Escala de Diversidade Cultural em Portugal.

#### Descrição da amostra

A amostra em estudo consiste numa amostra ocasional, sendo que o motivo desta escolha reside na facilidade de acesso à mesma. Embora os resultados obtidos não possam ser generalizados para a população, uma vez que não se trata de uma amostra representativa, estes poderão ser úteis e servir de base a futuras investigações (D'Hainaut, 1997). Esta vantagem é particularmente relevante, principalmente se atendermos ao facto de que existem ainda poucos estudos neste campo.

Foram inquiridos 148 estudantes da Universidade de Coimbra (cursos de Ciências Sociais e Humanas<sup>5</sup>) com idades entre os 17 e os 61 anos ( $M = 20,34$ ;  $DP = 5,71$ ), dos quais 131 do sexo feminino (88,5%) e 17 do sexo masculino (11,5%). Todos os participantes possuem nacionalidade portuguesa.

Os dados foram recolhidos através do método de inquérito por questionário auto-administrado. Esta técnica de recolha de dados encerra algumas desvantagens, como o facto de as respostas poderem ser enviesadas pelo fenómeno da desejabilidade social (Robson, 2002). No entanto, existem

---

<sup>5</sup> Na amostra em estudo, os cursos mais frequentes são Psicologia, Serviço Social e Ciências da Educação.

também vantagens que, no caso deste estudo, se destacaram em relação às desvantagens: os custos reduzidos, a economia de tempo e recursos e a possibilidade de recolher uma amostra com um efetivo considerável são algumas delas (Brewerton & Millward, 2001).

### **Instrumentos**

Relativamente aos instrumentos utilizados na recolha de dados, foi entregue a cada participante um questionário (cf. Anexo I) composto por secções distintas: uma relativa ao luso-tropicalismo, outra à diversidade cultural, e uma terceira relativa aos imigrantes em Portugal. A Escala de Luso-tropicalismo resulta de uma adaptação da escala usada por Pereira, Barros, Torres e Valentim (2015) e é composta por dezassete itens relativos ao passado colonial português e a características dos portugueses e modos de estar e agir com pessoas de outras culturas. A Escala de Diversidade Cultural inclui dezasseis itens, dos quais dez (relativos a situações de contacto com diferentes culturas e à valorização da diversidade) foram adaptados e traduzidos a partir da *Miville-Guzman Universality-Diversity Scale* (M-GUDS) (Fuertes, Miville, Mohr, Sedlacek & Gretchen, 2000) e os restantes seis itens (relativos a situações específicas sobre a integração dos imigrantes na cultura portuguesa) foram criados pelo orientador da presente dissertação, para este efeito.

Na Escala de Luso-tropicalismo e na Escala de Diversidade Cultural foi pedido aos participantes que indicassem, numa escala de Likert de sete pontos, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações que as constituíam. Foi necessário inverter a escala<sup>6</sup>, antes de iniciar o tratamento dos dados, em alguns itens da Escala de Luso-tropicalismo. Os itens invertidos foram os seguintes: *As pessoas de outras culturas têm mais dificuldade em integrar-se na sociedade portuguesa do que noutros países*, *O passado colonial de Portugal foi uma história de violência e barbaridade*, *A história colonial portuguesa caracterizou-se pela exploração e segregação dos povos colonizados* e *Hoje em dia, a harmonia entre os portugueses e as pessoas de outras culturas é pequena comparada com a de*

---

<sup>6</sup> A escolha dos itens a inverter obedeceu à seguinte lógica: quanto mais alta a pontuação, mais os participantes aderem ao luso-tropicalismo. Acontece que, em alguns itens (devido ao seu conteúdo ou ao modo como estavam formulados), uma pontuação alta expressava, pelo contrário, não adesão ao luso-tropicalismo. Assim, nos itens em que tal se verificava, procedeu-se à inversão da escala.

*outros países.*

Quanto à terceira secção, esta é composta apenas por uma questão, em que é pedido aos participantes que indiquem a percentagem de imigrantes que gostariam que existisse em Portugal (tendo em conta que a percentagem atual ronda os 4%).

No final do questionário, foram também solicitados alguns dados sociodemográficos, como o sexo, a idade, o curso e a nacionalidade dos participantes.

### **Procedimentos de investigação adotados**

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), sendo este *software* reconhecido como o mais usado para efeitos de tratamento estatístico de dados em investigações científicas no âmbito das Ciências Sociais (Field, 2013). Nos pontos seguintes, serão descritos os procedimentos adotados, bem como a sua pertinência para este estudo.

#### **1. Análise fatorial exploratória em componentes principais**

Nesta fase recorreu-se, inicialmente, ao teste de esfericidade de Bartlett e à medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), no sentido de atestar a viabilidade da análise fatorial na amostra em estudo. Seguidamente, procedeu-se à análise fatorial exploratória em componentes principais para as duas escalas utilizadas. O propósito deste procedimento prende-se com o intuito de reduzir ambas as escalas nas suas dimensões principais, percebendo, assim, de uma forma mais clara, de que maneira se agrupam os itens sobre o luso-tropicalismo e a diversidade cultural em diferentes dimensões, de modo a facilitar a análise e interpretação dos resultados. Além disso, é também objetivo deste trabalho explorar as estruturas fatoriais das escalas de luso-tropicalismo e de diversidade cultural<sup>7</sup> - relativamente à primeira, com vista à melhoria e aperfeiçoamento da escala, e à segunda, no sentido de incorporar novos itens em duas possíveis dimensões. Relativamente à rotação, em ambas as análises

---

<sup>7</sup> Field (2013) refere as três utilizações ou funções mais frequentes da análise fatorial exploratória: 1) compreender a estrutura de um conjunto de variáveis; 2) construir um questionário para medir determinada variável; e 3) reduzir um conjunto de dados em algumas dimensões principais, mais fáceis de analisar e interpretar, retendo o máximo de informação original possível.

optou-se pela utilização da rotação ortogonal varimax como facilitadora da interpretação das estruturas fatoriais obtidas, segundo as recomendações de Field (2013). Efetuadas as análises fatoriais exploratórias para cada escala, analisaram-se também as estatísticas descritivas (nomeadamente, as médias) para cada um dos fatores extraídos.

## **2. Análise das correlações de Pearson**

Num terceiro momento, foram analisadas as correlações existentes entre os fatores da Escala de Diversidade Cultural e a percentagem de imigrantes desejada, com recurso ao coeficiente de correlação de Pearson, com o intuito de validar a Escala de Diversidade Cultural.

Por último, foram ainda analisadas as relações existentes entre os fatores da Escala de Luso-tropicalismo e os fatores da Escala de Diversidade Cultural. O intuito desta análise foi procurar perceber de que modo as representações sociais do luso-tropicalismo se associam às atitudes relativas à diversidade cultural, na amostra em estudo.

## IV - Resultados

### Análise fatorial exploratória em componentes principais

O primeiro passo, antes de proceder à análise fatorial exploratória propriamente dita, consistiu na análise da adequação da amostra em estudo, no sentido de confirmar a viabilidade da análise fatorial. Assim, e como referido no ponto III (Metodologia), foi utilizado o teste de esfericidade de Bartlett e a medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) para as duas escalas em estudo. Atendendo aos resultados dos referidos testes (apresentados ao longo dos pontos seguintes), é possível demonstrar a viabilidade da análise fatorial exploratória para ambas as escalas, a qual será detalhadamente descrita de seguida.

#### 1. Escala de Luso-tropicalismo

Para a Escala de Luso-tropicalismo, obteve-se o valor de 0,79 para a medida de KMO, que corresponde a um bom valor, segundo as recomendações de Kaiser (1974), e o teste de esfericidade de Bartlett revelou-se significativo ( $\chi^2(136) = 770,76, p < .001$ ).

Assim, começou-se por fazer uma análise fatorial em componentes principais, com rotação varimax. Considerando apenas as saturações fatoriais superiores a 0,4, a análise feita evidenciou quatro fatores com valores próprios maiores que 1 e que explicavam 56,44% da variância. No entanto, através da análise da matriz de componente rotativa, verificou-se que alguns itens apresentavam saturações fatoriais superiores a 0,4 em mais do que um fator<sup>8</sup>. Analisando os construtos subjacentes a cada fator, verificou-se que os itens referidos faziam sentido, em termos de conteúdo, em todos os fatores para os quais apresentavam saturações superiores a 0,4. Por esse motivo, optou-se por manter cada um desses itens no fator para o qual apresentava maior saturação fatorial, obtendo-se, assim, uma estrutura fatorial de quatro fatores para a Escala de Luso-tropicalismo, como evidenciado na Tabela 1.

Quanto ao conteúdo teórico, verificou-se que o primeiro fator extraído

---

<sup>8</sup> Os itens em questão são: *Faz parte da tradição portuguesa relacionar-se bem com outros povos, A história colonial portuguesa caracterizou-se pela integração cultural com os povos colonizados, As características dos portugueses favoreceram um processo de colonização marcado pelo convívio harmonioso entre povos e Hoje em dia, a harmonia entre os portugueses e as pessoas de outras culturas é pequena comparada com a de outros países.*

incluía itens relativos à relação harmoniosa dos portugueses com pessoas de outras culturas, à ausência de racismo e de tensões e conflitos em Portugal, comparando com outros países europeus, e ao respeito dos portugueses pelas outras culturas. Assim sendo, este fator foi designado de *Harmonia*. O conteúdo dos itens agrupados no segundo fator diz respeito ao passado colonial português e, por este motivo, este fator foi denominado *Passado*. O terceiro fator é composto por itens relativos à adaptação dos portugueses às regiões tropicais e aos povos que as habitavam, bem como à facilidade de adaptação de pessoas de outras culturas na sociedade portuguesa em específico. Atendendo ao conteúdo destes itens, o terceiro fator foi designado por *Capacidade de Adaptação*. Por último, os itens que constituem o quarto fator relacionam-se com a integração de outras culturas e a harmonia existentes em exclusivo na sociedade portuguesa, quando comparada com outras sociedades europeias. Assim, este fator foi denominado de *Especificidade Cultural*.

Após definidos os quatro fatores desta escala, passou-se à análise da consistência interna de cada um deles, utilizando o alfa de Cronbach como indicador. Verificou-se, então, que os fatores *Harmonia* e *Passado* apresentavam bons valores<sup>9</sup> relativamente à consistência interna ( $\alpha = 0,77$  e  $\alpha = 0,74$ , respetivamente). O fator *Capacidade de Adaptação* revelou-se, também, consistente ( $\alpha = 0,70$ ), contrariamente ao fator *Especificidade Cultural*, que evidenciou um indicador de consistência interna relativamente baixo ( $\alpha = 0,54$ ). Dado o carácter exploratório desta investigação, optou-se por trabalhar com estes fatores tal como foram extraídos, com a consciência de que serão necessárias análises adicionais para melhorar a estrutura fatorial da Escala de Luso-tropicalismo, bem como a consistência interna dos fatores que a constituem.

---

<sup>9</sup> De acordo com Field (2013), os valores considerados aceitáveis para o alfa de Cronbach variam entre 0,7 e 0,8.

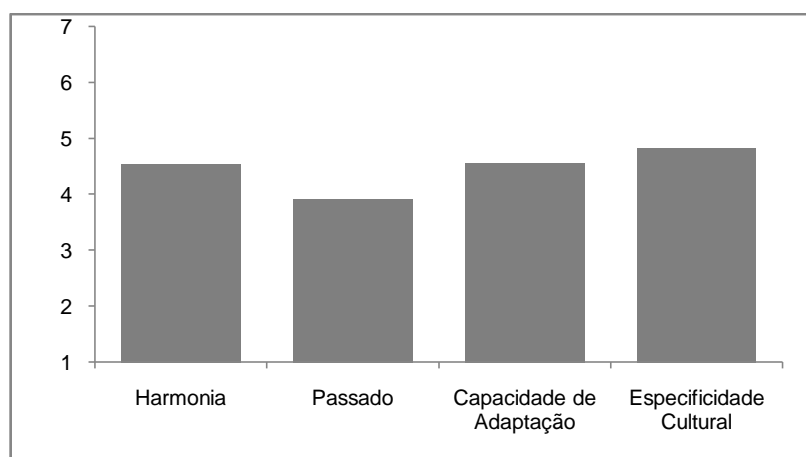


**Tabela 1.** Saturações fatoriais da análise fatorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Luso-tropicalismo ( $N = 141$ ), médias e desvios-padrão dos itens

Itens	M	DP	F1 Harmonia	F2 Passado	F3 Capacidade Adaptação	F4 Especificidade Cultural
Tensões e conflitos entre portugueses e pessoas de outras origens são menores que noutros países.	5,04	1,25	<b>,794</b>	,062	,010	-,014
Em Portugal há menos racismo do que nos outros países europeus.	4,14	1,09	<b>,722</b>	,216	,007	,214
Outras culturas mais respeitadas em Portugal que noutros países.	4,18	1,02	<b>,690</b>	,079	,078	,233
Faz parte da tradição portuguesa relacionar-se bem com outros povos.	5,09	1,04	<b>,595</b>	,030	,410	,303
História colonial portuguesa caracterizada pela mestiçagem com povos colonizados.	4,29	1,07	<b>,566</b>	-,017	,286	-,084
Colonização portuguesa não teve carácter opressivo como a de outras nações.	3,96	1,24	,308	<b>,775</b>	,069	-,102
Passado colonial de Portugal foi uma história de violência e barbaridade.	4,21	1,24	-,033	<b>,728</b>	,062	,136
História colonial portuguesa exploração e segregação dos povos colonizados.	3,38	1,11	-,101	<b>,722</b>	,002	,294
História colonial portuguesa mais pacífica e benevolente que a de outras potências.	4,11	1,34	,375	<b>,583</b>	,235	-,110
Durante colonização, portugueses mostraram singular capacidade de adaptação à vida nas regiões tropicais.	4,62	,93	,065	-,031	<b>,690</b>	,038
História colonial portuguesa caracterizada pela integração cultural com povos colonizados.	3,94	1,48	,409	,401	<b>,547</b>	-,151
Características portuguesas favoreceram colonização marcada por convívio harmonioso com outros povos.	4,23	1,18	,369	,469	<b>,527</b>	-,244
Imigrantes em Portugal têm boa impressão dos portugueses.	5,26	0,90	,036	,122	<b>,506</b>	,167
Portugueses têm boa impressão dos imigrantes em Portugal.	4,07	1,13	,004	,399	<b>,500</b>	,218
Características cultura portuguesa facilitam integração de outras culturas na sociedade portuguesa contemporânea.	5,24	1,11	,349	-,117	<b>,483</b>	,373
Outras culturas mais dificuldade de integração na sociedade portuguesa que noutros países.	4,87	1,04	,079	,050	,189	<b>,804</b>
Harmonia entre portugueses e outras culturas é menor que noutros países.	4,84	1,08	,406	,276	,062	<b>,569</b>
<b>Valores próprios</b>			5,09	1,89	1,39	1,22
<b>% de variância explicada</b>			18,54	15,86	12,66	9,39
<b>% de variância total</b>					56,44	

Após estabelecer os quatro fatores em que se agrupam as respostas aos itens sobre o luso-tropicalismo, calcularam-se as médias de cada um deles, no sentido de perceber quais as representações predominantes na amostra em estudo. As médias dos quatro fatores estão representadas no Gráfico 1. É possível verificar que nenhum dos fatores reúne um grau de concordância ou discordância muito vincado, sendo o fator *Passado* aquele que apresenta menor média ( $M = 3,91$ ;  $DP = 0,92$ ). Estando este valor muito próximo do ponto média da escala, pode refletir uma posição relativamente neutra em relação aos pressupostos do referido fator.

O fator *Especificidade Cultural* apresenta a média mais elevada ( $M = 4,83$ ;  $DP = 0,88$ ), seguindo-se o fator *Capacidade de Adaptação* ( $M = 4,56$ ;  $DP = 0,72$ ) e, muito próximo deste, o fator *Harmonia* ( $M = 4,54$ ;  $DP = 0,78$ ). Estes valores situam-se próximos do ponto médio da escala. No entanto, verifica-se em ambos os casos uma tendência para a concordância.



**Gráfico 1.** Valores médios dos quatro fatores da Escala de Luso-tropicalismo ( $N = 141$ )

## 2. Escala de Diversidade Cultural

Relativamente à Escala de Diversidade Cultural, e à semelhança da anterior, a medida de KMO corresponde a um bom valor (0,79) e o teste de Bartlett é, mais uma vez, significativo ( $\chi^2(78) = 542,02$ ,  $p < .001$ ).

Quanto à sua estrutura fatorial, foi efetuada uma primeira análise na qual se obtiveram quatro fatores (consideraram-se as saturações fatoriais superiores a 0,5), com valores próprios maiores que 1, que explicavam 56,30 % da variância. Verificou-se, no entanto, que dois itens não apresentavam

saturações superiores a 0,5 em nenhum dos fatores. Assim, repetiu-se a análise fatorial excluindo os itens em questão<sup>10</sup>. Voltou a obter-se uma estrutura de quatro fatores, sendo que um deles apenas contava com um item. Através da análise do diagrama de sedimentação (*scree plot*), foi possível verificar que se destacavam apenas três fatores antes do ponto de inflexão (inclusive)<sup>11</sup>. Por este motivo, foi efetuada nova análise fatorial com o número de fatores a extrair fixado em três. Ao observar a estrutura fatorial obtida, verificou-se que, mais uma vez, existia um item que não saturava acima de 0,5 em nenhum dos fatores. Assim, à semelhança da situação anterior, decidiu-se pela exclusão deste item<sup>12</sup> e voltou a repetir-se a análise, novamente com o número de fatores a extrair fixado em três. Através da observação da matriz de componente rotativa, verificou-se que esta evidenciava três fatores claros, com itens agrupados em torno de construtos facilmente identificáveis.

Como é observável na Tabela 2, o primeiro fator é constituído por itens relativos ao interesse e contacto com diferentes culturas, contextos e experiências, o que levou a que este fosse intitulado de *Interesse pela Diferença*. Este primeiro fator inclui apenas itens retirados da *Miville-Guzman Universality-Diversity Scale* (Fuertes et al., 2000), dois dos quais fazem parte, na escala original, da dimensão *Diversidade de Contacto* e os restantes cinco da dimensão *Apreciação Relativa*.

O segundo fator reúne itens relativos à apologia de que os imigrantes devem integrar-se na cultura portuguesa e não manifestar as suas culturas de origem, pelo que foi designado de *Assimilacionismo*. Por último, o terceiro fator consiste num conjunto de itens que expressam apoio à diversidade cultural, à manifestação e manutenção de costumes e tradições das culturas de origem dos imigrantes, bem como a crença de que tais culturas enriquecem a sociedade portuguesa. Deste modo, o terceiro fator foi

---

<sup>10</sup> Os itens excluídos foram os seguintes: *Interesso-me por aprender sobre as várias culturas que já existiram no mundo* e *As escolas e os locais de trabalho deveriam respeitar os feriados religiosos dos seus alunos e trabalhadores imigrantes que são diferentes dos feriados portugueses*.

<sup>11</sup> Segundo Field (2013), quando a decisão quanto ao número de fatores a extrair se baseia no *scree plot*, é aconselhável - mas não obrigatório - extrair apenas os fatores que se encontram à esquerda do ponto de inflexão, excluindo este último. No entanto, neste caso, faz sentido reter o fator que coincide com o ponto de inflexão, daí que se tenha mantido a decisão de extrair três fatores e não apenas dois.

<sup>12</sup> O item excluído neste momento foi o seguinte: *Vou a eventos onde tenho a possibilidade de conhecer pessoas de culturas diferentes*.

designado de *Multiculturalismo*<sup>13</sup>.

Quanto à consistência interna, o fator *Interesse pela Diferença* apresenta um valor bastante satisfatório ( $\alpha = 0,83$ ). Já os fatores *Assimilacionismo* e *Multiculturalismo* apresentam valores relativamente baixos (respetivamente,  $\alpha = 0,50$  e  $\alpha = 0,52$ ). Tendo em consideração que é a primeira vez que a maioria dos itens que constituem estes dois fatores são usados - podendo dizer-se, nesse sentido, que este é um estudo piloto para os itens em questão - os baixos valores observados são relativamente compreensíveis. Assim, volta a salientar-se o facto de este ser um estudo exploratório e a importância de investigações posteriores neste âmbito, para que se possa chegar a valores mais robustos em termos da consistência dos referidos fatores.

---

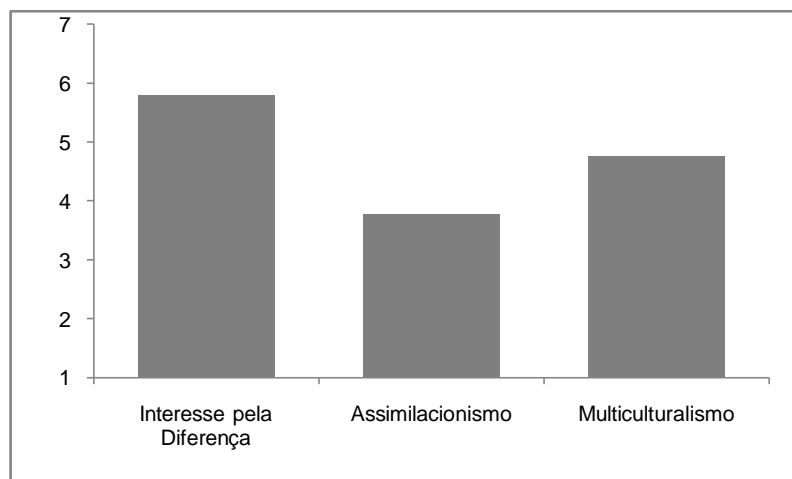
<sup>13</sup> A designação dos fatores *Assimilacionismo* e *Multiculturalismo* teve por base as duas principais abordagens relativas à diversidade cultural, segundo Moghaddam (1998): o assimilacionismo relaciona-se com a tentativa de atingir uma sociedade homogénea através do abandono das culturas de origem das minorias; o multiculturalismo refere-se à manutenção e desenvolvimento das diferentes culturas das minorias, com vista a alcançar uma sociedade constituída por várias culturas, nas palavras do autor, um "mosaico cultural" (Moghaddam, 1998, p. 498).

**Tabela 2.** Saturações fatoriais da análise fatorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Diversidade Cultural ( $N = 145$ ), médias e desvios-padrão dos itens

Itens	M	DP	F1	F2	F3
			Interesse pela Diferença	Assimilacionismo	Multiculturalismo
Perceber diferenças entre mim e outro melhora a nossa amizade.	5,90	1,00	<b>,741</b>	,035	,135
Conhecer diferentes experiências de outros ajuda compreender melhor os meus próprios problemas.	5,74	1,22	<b>,726</b>	-,122	-,013
Gosto de ir a festas com músicas de outros países.	5,61	1,28	<b>,720</b>	-,083	,172
Entendo melhor o outro conhecendo semelhanças e diferenças entre nós.	5,92	,99	<b>,698</b>	,163	,251
Quando conheço alguém, gosto de perceber as diferenças e as semelhanças entre nós.	6,05	,96	<b>,666</b>	,307	,293
Ouçó várias vezes músicas de outras culturas.	5,47	1,45	<b>,656</b>	,016	-,064
Pessoas deficiência ensinam-me coisas que não aprendia noutra sitio.	5,83	1,10	<b>,648</b>	,003	,124
Não devem ser incentivadas culturas imigrantes para não desaparecerem características cultura portuguesa.	3,48	1,56	,077	<b>,706</b>	-,401
Imigrantes devem integrar-se na cultura portuguesa.	4,41	1,40	,192	<b>,658</b>	-,008
Nas escolas portuguesas, cantinas só devem servir comida portuguesa.	3,41	1,59	-,164	<b>,657</b>	,207
Escolas portuguesas devem ensinar língua de origem aos filhos dos imigrantes.	4,06	1,68	,032	,002	<b>,774</b>
Quanto mais os imigrantes desenvolverem suas culturas, mais rica se torna sociedade portuguesa.	5,03	1,34	,311	-,413	<b>,571</b>
Gostava de pertencer a uma organização que permita conhecer outras culturas.	5,22	1,48	,435	,149	<b>,553</b>
<b>Valores próprios</b>			4,14	1,80	1,14
<b>% de variância explicada</b>			28,71	13,07	12,70
<b>% de variância total</b>				54,48	

O Gráfico 2 apresenta as médias dos três fatores extraídos da Escala de Diversidade Cultural. Como é possível verificar, o fator *Interesse pela Diferença* apresenta o valor mais elevado ( $M = 5,79$ ;  $DP = 0,81$ ), sugerindo, assim, que os participantes deste estudo expressam interesse pela diferença e

diversidade de contacto. Embora este valor não seja muito elevado, destaca-se em relação aos outros dois fatores. O fator *Multiculturalismo* situa-se um pouco acima do ponto médio da escala ( $M = 4,76$ ;  $DP = 1,08$ ), indicando uma tendência para a concordância com os seus pressupostos. Quanto ao fator *Assimilacionismo*, este é o que evidencia a média mais baixa ( $M = 3,78$ ;  $DP = 1,07$ ).



**Gráfico 2.** Valores médios dos três fatores da Escala de Diversidade Cultural ( $N = 145$ )

### Análise das correlações de Pearson

#### 1. Escala de Diversidade Cultural e percentagem de imigrantes desejada

A Tabela 3 evidencia as correlações encontradas entre a Escala de Diversidade Cultural e a percentagem de imigrantes desejada. Ao observar os coeficientes de Pearson, verifica-se a existência de uma correlação significativa ( $p < 0,01$ ). O fator *Multiculturalismo* da diversidade cultural correlaciona-se positiva e moderadamente com a percentagem de imigrantes desejada, ou seja, quanto mais os participantes aderem ao *Multiculturalismo*, maior é a percentagem de imigrantes que gostariam que existisse em Portugal.

**Tabela 3.** Coeficientes de correlação de Pearson entre os fatores da Escala de Diversidade Cultural e a percentagem de imigrantes desejada

	Diversidade Cultural		
	F1 Interesse pela Diferença	F2 Assimilacionismo	F3 Multiculturalismo
<b>Percentagem de imigrantes desejada</b>	,092	-,182	<b>,353</b>

**Nota:** a correlação significativa ( $p < 0,01$ ) encontra-se destacada a negrito.

## 2. Escala de Luso-tropicalismo e Escala de Diversidade Cultural

Através da análise dos coeficientes de correlação de Pearson entre os vários fatores das duas escalas, apresentados na Tabela 4, pode constatar-se a existência de duas correlações significativas ( $p < 0,01$ ), sendo uma delas fraca e a outra moderada. Entre o fator *Harmonia* do luso-tropicalismo e o fator *Assimilacionismo* da diversidade cultural, verifica-se uma correlação positiva (fraca), ou seja, pontuações altas num fator estão associadas a pontuações altas no outro. O *Assimilacionismo* encontra-se ainda correlacionado com a *Capacidade de Adaptação*, sendo também esta uma correlação positiva (moderada).

**Tabela 4.** Coeficientes de correlação de Pearson entre os fatores da Escala de Luso-tropicalismo e da Escala de Diversidade Cultural

Luso-tropicalismo	Diversidade Cultural		
	F1 Interesse pela Diferença	F2 Assimilacionismo	F3 Multiculturalismo
<b>F1</b> Harmonia	,098	<b>,292</b>	,002
<b>F2</b> Passado	-,192	,192	-,016
<b>F3</b> Capacidade de Adaptação	-,048	<b>,311</b>	,033
<b>F4</b> Especificidade Cultural	,055	,109	,013

**Nota:** as correlações significativas ( $p < 0,01$ ) encontram-se destacadas a negrito.

## V - Discussão

Um dos objetivos da dissertação de doutoramento de Valentim (2003) consistiu em criar indicadores de luso-tropicalismo para serem usados em análises subsequentes. Com efeito, no presente trabalho, alguns dos itens utilizados na Escala de Luso-tropicalismo correspondem aos que foram já estudados por Valentim. Entre os fatores ou dimensões do luso-tropicalismo aqui encontrados através da análise fatorial, dois deles coincidem com os indicadores de luso-tropicalismo encontrados por Valentim (2003), sendo eles o fator relativo ao passado colonial português - *Passado* - e o fator associado à ausência de racismo e à relação harmoniosa dos portugueses com outros povos - *Harmonia*. Os resultados apresentados por Pereira et al. (2015) corroboram também os de Valentim (2003) e os resultados do presente estudo, uma vez que os referidos autores se referem também a dois fatores que remetem para o mesmo conteúdo teórico, por sua vez denominados de *História* e *Atualidade*. Estes resultados contribuem para a validação da Escala de Luso-tropicalismo, particularmente destes dois fatores, assim como os valores de alfa encontrados, que se revelaram satisfatórios, atestando a sua boa consistência interna.

Foram identificados mais dois fatores relativos à Escala de Luso-tropicalismo. Quanto ao fator *Capacidade de Adaptação*, o valor de alfa, embora não muito elevado, está dentro do intervalo considerado aceitável. Por último, o fator *Especificidade Cultural* revela fraca consistência interna, com um valor de alfa claramente abaixo do desejado. Pelas razões apontadas anteriormente, decidimos mantê-lo nestas análises. Todavia, recomendam-se novas análises, se possível com amostras maiores, para aumentar a robustez e a fidelidade da Escala de Luso-tropicalismo.

Quanto à Escala de Diversidade Cultural, foram identificados três fatores por meio da análise fatorial exploratória em componentes principais. Em relação ao primeiro fator, *Interesse pela Diferença*, este apresenta um valor de alfa bastante satisfatório. Um dos motivos para a sua boa consistência interna reside no facto de este fator ser constituído por itens adaptados de uma outra escala já existente e já aqui referida, a M-GUDS (Fuertes et al., 2000). Os indicadores de consistência interna dos restantes fatores, *Multiculturalismo* e *Assimilacionismo*, apresentam valores abaixo do desejado. No entanto, este é um estudo piloto para estes dois novos fatores, o



que justifica este facto e reforça, mais uma vez, a necessidade de investigações posteriores para a melhoria da escala como um todo.

Apesar da consistência interna nas duas dimensões referidas ser fraca, existem outros dados que podem ajudar na validação da Escala de Diversidade Cultural. O fator *Multiculturalismo* encontra-se associado à percentagem de imigrantes desejada. Isto significa que, sendo esta uma correlação positiva, quanto mais elevada a percentagem de imigrantes que os participantes indicam como o ideal, maior a sua adesão ao multiculturalismo. Esta correlação nada tem de contraditório; vem, aliás, reforçar a posição dos estudantes quanto à aceitação da diversidade. Estes resultados constituem um indício para a validação deste fator.

As quatro dimensões em que se agrupam as respostas sobre o luso-tropicalismo, na amostra em estudo, vão ao encontro dos pressupostos da teoria de Gilberto Freyre. Ao analisar as médias de cada dimensão, verifica-se que a tal *Especificidade Cultural* portuguesa, que Freyre tanto aclamou, parece estar presente nas representações sociais dos participantes. Embora não evidencie um valor muito elevado (4,83 em 7), este é o fator que reúne o maior grau de concordância. Quanto à *Capacidade de Adaptação* dos portugueses e à sua vocação para a *Harmonia* no relacionamento com outros povos, verificam-se valores que podem traduzir uma posição relativamente neutra dos participantes. No entanto, também aqui se verifica uma tendência no sentido da concordância, o que pode sugerir alguma adesão às ideias luso-tropicalistas ou, pelo menos, uma certa concordância com a ideia de os portugueses serem um povo que se relaciona bem com os outros. Na realidade, se pensarmos em simples conversas do dia a dia, facilmente concluímos que é frequente ouvir-se dizer que o povo português é acolhedor e caloroso, recebendo sempre bem as pessoas de fora.

Quanto ao *Passado* português, nomeadamente quanto às questões da colonização portuguesa, é interessante notar que os resultados não são muito coerentes com as restantes dimensões. Atendendo ao conteúdo dos itens e à média deste fator (que se revelou a mais baixa - 3,91 em 7 - embora muito próxima do ponto neutro da escala), é notório que os estudantes inquiridos assumem uma posição relativamente neutra quanto aos seus pressupostos. Não se verificando uma posição muito vincada, os resultados sugerem que as representações sociais luso-tropicalistas não se refletem na conceção que os

estudantes têm acerca do passado português. O facto de a amostra em estudo pertencer, maioritariamente, a uma faixa etária bastante jovem pode estar associado a estes resultados. Como explicitado ao longo do enquadramento conceptual, a teoria luso-tropicalista fez parte da propaganda do regime ditatorial português, principalmente a partir da década de 1950, numa tentativa de fortalecer a imagem do país e do seu império além fronteiras. Como foi também referido, o contexto histórico e a memória coletiva dos acontecimentos passados influenciam fortemente o pensamento e atitudes dos indivíduos. Acontece que, na amostra em estudo, talvez estes acontecimentos, embora conhecidos, não sejam tão marcantes ou não estejam tão presentes na memória como estariam, por exemplo, em indivíduos que tenham vivido grande parte das suas vidas durante o Estado Novo, daí que as representações sociais que lhe estão associadas possam não ser tão claras nos estudantes que constituem a amostra.

Voltando ao trabalho de Valentim (2003), este destacou ainda o facto de as posições de portugueses e africanos em relação ao luso-tropicalismo serem contrárias, sendo o único ponto de acordo entre as duas partes a questão da mestiçagem como característica da colonização portuguesa. Enquanto os portugueses mostraram uma adesão às ideias luso-tropicalistas, os africanos mostraram o contrário. Comparando com os resultados obtidos no presente estudo, embora não exista suporte suficiente para afirmar uma adesão clara dos estudantes às ideias luso-tropicalistas, os valores encontrados vão no sentido da concordância e, por esse motivo, assemelham-se aos resultados obtidos por Valentim.

A Escala de Diversidade Cultural é constituída, como já vimos, por três dimensões distintas. A primeira, respeitante ao *Interesse pela Diferença* e pelo contacto com outras pessoas, culturas e experiências, é aquela que reúne a média mais elevada (5,79 em 7). Assim, podemos afirmar que, na amostra em estudo, tais resultados apontam para um interesse considerável pela diferença e, por isso, sugerem uma tendência para a aceitação da diversidade cultural.

A dimensão *Multiculturalismo* evidencia uma média de 4,76 em 7, o que significa que os participantes adotam uma opinião relativamente neutra, porém, com alguma tendência para a concordância. Ora, sendo o multiculturalismo uma abordagem apologista da diferença e da sua

manifestação, da convivência de várias culturas e de uma sociedade caracterizada pela diversidade, faria sentido que este valor fosse mais elevado, de acordo com o que se verificou em relação ao *Interesse pela Diferença*. No entanto, para além de os itens que constituem esta dimensão serem novos e, por isso, necessitarem de estudos posteriores para a sua validação, alguns são também bastante específicos quanto ao seu conteúdo, pois ilustram situações concretas em relação ao dia a dia dos imigrantes em Portugal. Posto isto, é possível que a posição dos estudantes em relação às questões expostas não seja muito vincada devido ao desconhecimento de determinadas realidades. Por outras palavras, a falta de informação acerca de determinados contextos, no que respeita, particularmente, à imigração e questões associadas, pode ser uma justificação para não se verificarem opiniões muito demarcadas.

Quanto ao fator *Assimilacionismo*, este é o que reúne a média mais baixa (3,78 em 7). Este resultado vai ao encontro do que foi referido acerca dos restantes fatores. O *Assimilacionismo* consiste numa dimensão não favorável à diversidade cultural, pois os seus pressupostos defendem a existência de uma sociedade homogénea sem que se distingam diferentes culturas, costumes e tradições. Ao evidenciarem pontuações relativamente baixas neste fator, os estudantes parecem não aderir ao *Assimilacionismo*, o que vem corroborar a sua tendência para a aceitação da diferença e da diversidade.

Quanto às relações entre as várias dimensões do luso-tropicalismo e da diversidade cultural, o *Assimilacionismo* encontra-se associado a duas dimensões do luso-tropicalismo: a *Harmonia* e a *Capacidade de Adaptação*. Quanto mais os estudantes acham que os portugueses se adaptam facilmente e se relacionam harmoniosamente com os outros, mais aderem às ideias assimilacionistas. Ou seja, há um enfatizar das características positivas dos portugueses em detrimento das dos outros povos - a virtude está nos portugueses, não nos outros. Numa palavra, aqui como em Valentim (2003, 2015) e em Pereira et al. (2015), o luso-tropicalismo encontra-se associado a uma certa superioridade dos portugueses, pois parece seguir uma lógica que atribui características positivas apenas aos portugueses (a sua capacidade de adaptação, a sua vocação para se relacionar harmoniosamente com os outros), enaltecendo as suas próprias qualidades em detrimento das dos

outros povos. Nesta linha de pensamento, o luso-tropicalismo não assume um papel positivo no que diz respeito às manifestações de outras culturas, pois a ideia subjacente é a de que os outros devem antes assimilar-se a nós, já que possuímos tamanha capacidade de adaptação e de relacionamento.

As relações aqui explicitadas não nos trazem informação completamente nova. São, aliás, algo confirmatórias, pois mostram-nos que, aparentemente, os instrumentos utilizados medem, de facto, aquilo que é suposto medirem. Por outras palavras, as correlações significativas entre os fatores das duas escalas poderão servir como base para a sua validação, uma vez que, de certa forma, constituem indicadores da sua validade de construto (Cronbach & Meehl, 1955).

As relações encontradas entre as dimensões do luso-tropicalismo e da diversidade cultural podem servir como uma base para a validação das escalas em questão, porém, em termos de aplicabilidade e interpretação no contexto organizacional, não é possível tirar conclusões precisas ou muito claras, também devido ao facto de a amostra ser constituída por estudantes e não por indivíduos já inseridos no mercado de trabalho. Ainda assim, é possível discutir de que forma estes resultados podem influenciar futuras investigações e também compará-los com estudos já efetuados relacionados com estas temáticas.

A imigração consiste num tópico importante no contexto nacional atual, que se relaciona diretamente com o mundo do trabalho e com as atitudes perante a diversidade cultural. Os imigrantes que vêm para Portugal procuram, entre outras coisas, melhores condições de vida, o que passa por conseguirem um emprego digno. No que toca ao luso-tropicalismo, faz sentido estudá-lo neste contexto devido à grande presença de imigrantes dos países lusófonos no nosso país. É interessante estudar que relações existem entre as representações do luso-tropicalismo e da lusofonia e as atitudes em relação aos imigrantes. Para além de ser pertinente estudar tais representações nos portugueses - objetivo a que nos propusemos, em parte, neste trabalho - ninguém melhor que os próprios imigrantes para relatarem as suas experiências, nomeadamente em contexto laboral.

Num estudo exploratório com imigrantes brasileiros a viver em Portugal, Santos (2013) pretendeu compreender a possível influência do luso-tropicalismo e da lusofonia na diminuição do preconceito e da

discriminação para com os imigrantes, através da análise dos seus próprios pontos de vista. Os resultados desta investigação revelaram que, de acordo com a sua perceção, os imigrantes inquiridos não sofrem menos preconceito e menos discriminação na sociedade portuguesa, em geral, e no mercado de trabalho, em particular. Ou seja, as questões do luso-tropicalismo e da lusofonia parecem não interferir nestes aspetos. Estes resultados são consistentes com os já analisados por Valentim (2003) e vão também ao encontro dos trabalhos de Vala et al. (2000) que, apesar de se focarem no racismo, sugerem também que o luso-tropicalismo não tem, afinal, grande influência nas questões da discriminação e do preconceito, no sentido de os diminuir. No entanto, quando questionados acerca do modo como são tratados em contexto organizacional, os imigrantes brasileiros afirmam ser tratados de modo relativamente justo. Resumindo, verifica-se a existência de discriminação e preconceito na sociedade em geral e na procura de emprego mas não no contexto organizacional, quando os imigrantes estão já inseridos no mercado de trabalho. Esta contradição, de acordo com Santos (2013), faz com que se encare o contexto de trabalho como um contexto social especial, que fomenta a construção de uma identidade social específica. Seguindo este raciocínio, sugerem-se investigações posteriores que explorem com mais detalhe as questões da discriminação dos imigrantes lusófonos no trabalho, dando voz também aos portugueses que com eles contactam diariamente neste contexto.

A questão da imigração levanta, ainda, um outro problema: o da concorrência e competição no acesso ao mercado de trabalho, que pode levar a que os imigrantes sejam vistos como uma ameaça nesse contexto. Santos (2013) refere que os imigrantes brasileiros em Portugal consideram que são discriminados, em parte, por representarem uma ameaça económica para os Portugueses, no mercado de trabalho. Numa outra investigação recente neste âmbito, levada a cabo por Gondim, Techio, Paranhos, Moreira, Brantes, Sobrinho e Santana (2013), um dos objetivos foi, precisamente, analisar se a tendência para a discriminação contra os imigrantes pode ser explicada por esta perceção de concorrência e ameaça e também pela afinidade percebida em relação a determinados grupos de imigrantes. Os autores concluíram que, na amostra estudada, os estrangeiros não são encarados como fortes concorrentes no mercado de trabalho. Por outro lado, concluiu-se também

que os grupos de estrangeiros percebidos como de afinidade diferiam dos grupos percebidos como concorrentes. Este estudo foi conduzido no Brasil, daí que não se possam aplicar as suas conclusões à população portuguesa, sugerindo-se, uma vez mais, investigações posteriores nesta linha que possam ilustrar a situação em Portugal.

Através da observação das médias obtidas nos vários fatores da Escala de Diversidade Cultural, verificámos que, embora não seja muito vincada, existe uma tendência no sentido da aceitação. Articulando estes resultados com as questões do trabalho na atualidade, e atendendo ao facto de que, nos últimos anos, tem-se verificado uma grande mobilidade dos portugueses para outros países, por questões relacionadas com o trabalho, é possível afirmar que estes resultados são favoráveis a esta mobilidade, pois podem constituir um aspeto facilitador da integração e adaptação dos portugueses em contextos culturais diferentes. Ainda na lógica da emigração, e fazendo a ponte com a lusofonia e o luso-tropicalismo, é pertinente retomar aqui a questão da CPLP. Como vimos no enquadramento conceptual, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não serve apenas o propósito de fortalecer o sentimento de pertença a uma comunidade com uma história, aspetos culturais e língua em comum, mas serve também a cooperação entre os seus estados membros, nomeadamente nas questões do trabalho. Como já referimos, a presença de trabalhadores portugueses em países da CPLP, particularmente em Angola, é notória e tem vindo a aumentar nos últimos anos. Neste sentido, podemos verificar, de certa forma, o papel da lusofonia nas relações de trabalho entre países lusófonos, e atestar, uma vez mais, a importância da gestão da diversidade cultural em contextos organizacionais por ela influenciados.

Como foi já referido, o presente trabalho incide sobre um tema ainda pouco explorado na literatura. Porém, a escassez de estudos sobre as representações sociais do luso-tropicalismo faz com que esta seja uma investigação importante, na medida em que poderá servir de ponto de partida para futuros trabalhos neste âmbito. Não obstante, importa também referir algumas das suas limitações.

Em primeiro lugar, a amostra em estudo não é representativa da população, o que faz com que não se possam tirar conclusões generalizadas a partir dos resultados obtidos. Neste sentido, este estudo dá-nos apenas uma

base para começar a compreender as representações sociais do luso-tropicalismo, em Portugal, e também as atitudes relativas à diversidade cultural.

É também crucial considerar que a amostra em estudo possui um efetivo relativamente pequeno, o que interfere, particularmente, com as análises fatoriais exploratórias das escalas. Embora tenha sido averiguada a adequação da amostra para a análise fatorial, serão necessárias análises adicionais para aumentar as qualidades psicométricas dos instrumentos em questão, idealmente com amostras maiores.

Particularmente em relação ao contexto organizacional, sugere-se, para investigações futuras, a recolha e análise de dados a partir de uma amostra constituída por trabalhadores e/ou gestores. A amostra analisada neste estudo é constituída por estudantes, a maioria ainda a alguns anos de distância de ingressar no mercado de trabalho, daí que as conclusões que são, de certa forma, aplicadas ao contexto organizacional, não deixem de ser meras suposições.

## VI - Conclusões

Como nos dizem os historiadores, o luso-tropicalismo não acabou com o fim do império colonial português. Alguns dos seus pressupostos, como vimos, parecem continuar presentes nas representações sociais dos indivíduos acerca dos portugueses. No entanto, vimos também algumas das perspetivas críticas acerca desta conceção, que colocam em questão, entre outras coisas, a suposta ausência de preconceito e racismo em Portugal. Vários estudos (Vala et. al, 2000; Santos, 2013; Valentim, 2003, 2015) corroboram alguns destes pontos de vista, ao mostrarem que a adesão às ideias luso-tropicalistas não significa, necessariamente, a ausência de preconceito e discriminação para com pessoas de origens culturais distintas. Neste sentido, a pertinência do estudo destas representações e questões a elas associadas tem sido aqui enfatizada.

Para além de terem sido exploradas as questões do luso-tropicalismo, foram também abordadas, neste trabalho, as atitudes dos estudantes em relação à diversidade cultural, no sentido de averiguar a sua aceitação ou rejeição. A tendência para a aceitação da diversidade parece predominar, sendo este um facto que merece especial atenção em estudos futuros, particularmente na área das organizações e do trabalho. Referimos já que vivemos atualmente num país que acolhe, todos os anos, imigrantes de vários países, com particular ênfase para os países lusófonos (em especial, o Brasil). Posto isto, é importante estudar de que maneira as representações e atitudes dos portugueses em relação a estas pessoas - e também em relação a eles próprios enquanto portugueses - afetam o trabalho e o contexto organizacional. A gestão da diversidade cultural nas organizações é um tema central nos dias de hoje, pois é através dessa gestão que as organizações podem potenciar os benefícios decorrentes das diferenças entre as suas pessoas, bem como atenuar possíveis consequências negativas que delas possam advir.

Apesar de este ser um estudo exploratório, acreditamos, no entanto, que a discussão dos seus resultados e dos pontos de vista aqui expostos podem constituir um bom ponto de partida para investigações futuras, no sentido de aumentar o conhecimento acerca das representações sociais luso-tropicalistas na sociedade contemporânea. Importa ainda salientar que a importância dos fenómenos representativos (que tem sido corroborada) em



contextos diversificados - neste caso, o contexto de trabalho - vem reforçar a pertinência e atualidade da teoria das representações sociais.

## Referências

- Alexandre, V. (1999). Luso-tropicalismo. In A. Barreto e M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal: Vol. 8* (pp. 391-394). Lisboa: Figueirinhas.
- Alexandre, V. (2000). O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Alferes, V. R. (1997). *Investigação Científica em Psicologia: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Bar-Tal, D. (2014). Collective Memory as Social Representations. *Papers on Social Representations*, 23, 5.1-5.26. Recuperado a partir de [http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2014/2014\\_1\\_5.pdf](http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2014/2014_1_5.pdf)
- Bosi, A. (1992). *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Boxer, C. R. (1977). *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Brewerton, P. & Millward, L. (2001). *Organizational Research Methods: A Guide for Students and Researchers*. London: SAGE Publications.
- Castelo, C. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1993-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cox, T. H. (1993). *Cultural Diversity in Organizations: Theory, Research and Practice*. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, Inc.
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2014). *Website oficial*, consultado em 21 de Novembro de 2014 através de <http://www.cplp.org/>
- Cronbach, L. J. & Meehl, P. E. (1955). Construct Validity in Psychological Tests. *Psychological Bulletin*, 52 (4), 281-302. doi: 10.1037/h0040957
- D'Hainaut, L. (1997). *Conceitos e Métodos da Estatística* (Vol. 1) (Tradução de António Rodrigues Lopes, 2ª ed.). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fele, B. (1955). Qu'est-ce que le Luso-tropicalismo?. *Présence Africaine*, 4, 24-35. Recuperado a partir de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>
- Field, A. (2013). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (4<sup>th</sup> ed.). London: SAGE Publications.
- Fine, M. G. (1996). Cultural Diversity in the Workplace: The State of the Field. *The Journal of Business Communication*, 33 (4), 485-502. doi: 10.1177/002194369603300408

- Fitzgerald, T. (1997). Understanding Diversity in the Workplace: Cultural Metaphors or Metaphors of Identity?. *Business Horizons*, 40, 66-70. doi: 10.1016/S0007-6813(97)90041-0
- Fleury, M. T. L. (2000). Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 40 (3), 18-25. Recuperado através de <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n3/v40n3a03>
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Fuertes, J. N., Miville, M. L., Mohr, J. J., Sedlacek, W. E. & Gretchen, D. (2000). Factor Structure and Short Form of the Miville-Guzman Universality-Diversity Scale. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 33 (3), 157-169. Recuperado a partir de <http://search.proquest.com/docview/195610542?accountid=43959>
- Gondim, S. M., Techio, E. M., Paranhos, J., Moreira, T., Brantes, C., Sobrinho, J. B & Santana, V. (2013). Imigração e Trabalho: Um Estudo sobre Identidade Social, Emoções e Discriminação contra Estrangeiros. *Psicologia em Pesquisa*, 7 (2), 151-163. doi: 10.5327/Z1982-1247201300020003
- Howarth, C. (2006). A Social Representation is Not a Quiet Thing: Exploring the Critical Potential of Social Representations Theory. *British Journal of Social Psychology*, 45 (1), 65-86. doi: 10.1348/014466605X43777
- Jesuino, J. C. (2002). *Psicologia* (3ª ed.). Lisboa: Quimera Editores.
- Jodelet, D. (2011). Returning to Past Features of Serge Moscovici's Theory to Feed the Future. *Papers on Social Representations*, 20, 39.1-39.11. Recuperado a partir de [http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2011/20\\_41.pdf](http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2011/20_41.pdf)
- Jovchelovitch, S. (2008). The Rehabilitation of Common Sense: Social Representations, Science and Cognitive Polyphasia. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38 (4), 431-448. doi: 10.1111/j.1468-5914.2008.00378.x
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39, 31-36. doi: 10.1007/BF02291575
- Kazi, G. M. & Zadeh, Z. F. (2011). Reality of Cultural Diversity and its Impact on Organizations Behavior. *Interdisciplinary Journal Of Contemporary Research In Business*, 3 (7), 1199-1208. Recuperado a partir de <http://search.proquest.com/socialsciences/docview/923787252/fulltextPDF/438A2CAABA5B450DPQ/1?accountid=43959>

- MacMahan, G. C., Bell, M. P. & Virick, M. (1998). Strategic Human Resource Management: Employee Involvement, Diversity, and International Issues. *Human Resource Management Review*, 8 (3), 193-214. doi: 10.1016/S1053-4822(98)90002-X
- Marques, J. C. & Góis, P. (2011). A Evolução do Sistema Migratório Lusófono: Uma Análise a Partir da Imigração e Emigração Portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, (24), 213-231. Recuperado a partir de [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_livro\\_migracoes.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_livro_migracoes.pdf)
- Miguel, I. S. (2010). *A Inteligência e o seu Desenvolvimento: Representações Sociais, Valores e Estilos Parentais. Perspectivas em Análise*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moghaddam, F. M. (1998). *Social Psychology: Exploring Universals Across Cultures*. New York: W. H. Freeman.
- Moscovici, S. (1976). *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* (2<sup>a</sup> ed.). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Peralta, E. (2007). Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica. *Arquivos da Memória*, 2, 4-23.
- Pereira, C. R., Barros, C., Torres, A. R. R. & Valentim, J. P. (2015, Fevereiro). *O Papel do Preconceito e do Lusotropicalismo nas Atitudes face à Imigração Qualificada*. Comunicação apresentada no 1<sup>o</sup> Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J. & Ribeiro, A. C. (2014). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2014*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL e DGACCP.
- Podsiadlowski, A., Gröschke, D., Kogler, M., Springer, C. & van der Zee, K. (2013). Managing a Culturally Diverse Workforce: Diversity Perspectives in Organizations. *International Journal of Intercultural Relations*, 37 (2), 159-175. doi:10.1016/j.ijintrel.2012.09.001
- Robson, C. (2002). *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers* (2<sup>nd</sup> ed.). Malden: Blackwell Publishing.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 290-

295. doi: 10.1590/S0102-79722007000200015

- Santos, L. B. (2013). Prejudice, Discrimination, Luso-Tropicalism, Lusophony, and Organizational Justice in Portugal, from the Point of View of Brazilian Immigrants. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, 13 (1), 61-74. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v13n1/v13n1a06.pdf>
- Santos, V. M. (2005). Portugal, a CPLP e a Lusofonia: Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. *Negócios Estrangeiros*, (8), 71-91. Recuperado a partir de [http://idi.mne.pt/images/rev\\_ne/2005\\_07\\_n\\_8.pdf](http://idi.mne.pt/images/rev_ne/2005_07_n_8.pdf)
- Sérgio, A. (2000). O Mundo que o Português Criou. *Novos Estudos*, 56, 26-38. Recuperado a partir de [http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/90/20080627\\_o\\_mundo\\_que\\_o\\_portugues\\_criou.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/90/20080627_o_mundo_que_o_portugues_criou.pdf)
- Seymen, O. A. (2006). The Cultural Diversity Phenomenon in Organisations and Different Approaches for Effective Cultural Diversity Management: A Literary Review. *Cross Cultural Management*, 13 (4), 296-315. doi: 10.1108/13527600610713404
- Thomas, D. A. & Ely, R. (1996). Making Differences Matter: A New Paradigm for Managing Diversity. *Harvard Business Review*, 74 (5), 79-90. Recuperado a partir de <https://hbr.org/1996/09/making-differences-matter-a-new-paradigm-for-managing-diversity>
- Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento Social e Representações Sociais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Coord.), *Psicologia Social* (9ª ed.) (pp. 569-603). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (2000). O Racismo Flagrante e o Racismo Subtil em Portugal. In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e Lusofonia nas Representações Sociais de Portugueses e Africanos*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Valentim, J. P. (2005). Luso-tropicalismo e Lusofonia: uma Perspectiva Psicossocial. *Via Latina*, 2, 67-73.
- Valentim, J. P. (2011a). Representações Sociais do Luso-tropicalismo e Olhares Cruzados entre Portugueses e Africanos. In M. J. Simões (Coord.), *Imagotipos Literários: Processos de (Des)configuração na Imagologia Literária* (pp. 55-75). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- Valentim, J. P. (2011b). Social Psychology and Colonialism: Luso-tropicalism as a Social Representation in the Context of Contemporary Portuguese Society. In J. P. Valentim (Ed.), *Societal*

*Approaches in Social Psychology* (pp. 179-194). Berne: Peter Lang.

Valentim, J. P. (2015, Fevereiro). *O Luso-tropicalismo como Representação Social: Variações e Acoragens*. Comunicação apresentada no 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa.

Walck, C. L. (1995). Editor's Introduction: Diverse Approaches to Managing Diversity. *Journal of Applied Behavioral Science*, 31, 119-123. doi: 10.1177/0021886395312002

**Anexos****Anexo I: Questionário<sup>14</sup>****UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO****Questionário RSL (Valentim, 2003; 2014)**

Este questionário faz parte de uma investigação europeia na qual participa a Universidade de Coimbra. Todas as respostas são anónimas e os dados serão tratados de modo coletivo na mais estrita confidencialidade. À exceção de alguns dados solicitados na última página, não há respostas certas ou erradas, nem boas ou más respostas. O que é importante é que responda de acordo com aquilo que pensa ou sente. Por motivos estatísticos, agradecemos que responda a **TODAS** as questões.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

---

<sup>14</sup> O questionário que se encontra em anexo inclui apenas as secções relativas aos dados que foram analisados.

Apresentamos de seguida algumas afirmações sobre os portugueses. Indique em que medida concorda com cada uma delas.

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
As características da cultura portuguesa facilitam a integração de pessoas de outras culturas na sociedade portuguesa contemporânea.	1	2	3	4	5	6	7
Comparando com os outros países europeus, pode dizer-se que em Portugal existe menos racismo.	1	2	3	4	5	6	7
A história colonial portuguesa caracterizou-se pela integração cultural com os povos colonizados.	1	2	3	4	5	6	7
As tensões e conflitos entre os portugueses e as pessoas de outras origens são pequenas comparadas com as de outros países.	1	2	3	4	5	6	7
Faz parte da tradição portuguesa relacionar-se bem com outros povos.	1	2	3	4	5	6	7
A história colonial portuguesa caracterizou-se pela mestiçagem com os povos colonizados.	1	2	3	4	5	6	7
As pessoas de outras culturas são mais respeitadas em Portugal do que noutros países.	1	2	3	4	5	6	7
A história colonial portuguesa foi mais pacífica e benevolente do que a de outras potências coloniais.	1	2	3	4	5	6	7
As pessoas de outras culturas têm mais dificuldade em integrar-se na sociedade portuguesa do que noutros países.	1	2	3	4	5	6	7
O passado colonial de Portugal foi uma história de violência e barbaridade.	1	2	3	4	5	6	7
De uma forma geral, a impressão que os imigrantes que vivem em Portugal têm dos portugueses é boa.	1	2	3	4	5	6	7
As características dos portugueses favoreceram um processo de colonização marcado pelo convívio harmonioso entre povos.	1	2	3	4	5	6	7
De uma forma geral, a impressão que os portugueses têm dos imigrantes que vivem em Portugal é boa.	1	2	3	4	5	6	7
Ao longo da história da colonização, os portugueses demonstraram uma singular capacidade de adaptação à vida nas regiões tropicais.	1	2	3	4	5	6	7
A história colonial portuguesa caracterizou-se pela exploração e segregação dos povos colonizados.	1	2	3	4	5	6	7
Hoje em dia, a harmonia entre os portugueses e as pessoas de outras culturas é pequena comparada com a de outros países.	1	2	3	4	5	6	7
A colonização portuguesa não teve o carácter opressivo que se verificou no caso de outras nações.	1	2	3	4	5	6	7



**Indique até que ponto concorda com cada uma das seguintes afirmações. Assinale as suas respostas usando a seguinte escala:**

Discordo completamente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo completamente
1	2	3	4	5	6	7

Os imigrantes que vêm para Portugal devem integrar-se na cultura portuguesa em vez de procurarem afirmar a sua cultura.	1	2	3	4	5	6	7
Gostava de fazer parte de uma organização que desse importância e possibilitasse conhecer pessoas de outros países.	1	2	3	4	5	6	7
Quando conheço outra pessoa, gosto de perceber tanto as diferenças como as semelhanças que existem entre nós.	1	2	3	4	5	6	7
As escolas portuguesas devem ensinar aos filhos dos imigrantes a sua língua de origem.	1	2	3	4	5	6	7
Gosto de ir a festas em que há música de outros países.	1	2	3	4	5	6	7
Quanto mais os imigrantes conseguirem desenvolver as suas culturas de origem em Portugal, mais rica se torna a sociedade portuguesa.	1	2	3	4	5	6	7
Consigo entender melhor uma pessoa depois de conhecer tanto as semelhanças como as diferenças entre nós.	1	2	3	4	5	6	7
Não devem ser muito incentivadas as culturas dos imigrantes que vieram para Portugal, para não desaparecerem as características específicas da cultura portuguesa.	1	2	3	4	5	6	7
Interesso-me por aprender sobre as várias culturas que já existiram no mundo.	1	2	3	4	5	6	7
As escolas e os locais de trabalho deveriam respeitar os feriados religiosos dos seus alunos e trabalhadores imigrantes que são diferentes dos feriados portugueses.	1	2	3	4	5	6	7
Perceber as diferenças que existem entre mim e outra pessoa melhora bastante a nossa amizade.	1	2	3	4	5	6	7
Vou a eventos onde tenho a possibilidade de conhecer pessoas de culturas diferentes.	1	2	3	4	5	6	7
Nas escolas portuguesas, as cantinas devem servir comida portuguesa em vez de ter pratos adaptados às diferentes culturas e religiões dos alunos imigrantes.	1	2	3	4	5	6	7
As pessoas com deficiências podem ensinar-me coisas que não aprenderia em mais lado nenhum.	1	2	3	4	5	6	7
Ouçó várias vezes músicas de outras culturas.	1	2	3	4	5	6	7
Conhecer as diferentes experiências de outras pessoas ajuda-me a compreender melhor os meus próprios problemas.	1	2	3	4	5	6	7

**A percentagem de imigrantes em Portugal atualmente é de cerca de 4%. Como gostaria que fosse esta percentagem? (Por favor, assinale a sua resposta com um círculo).**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	20 +
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	------

**Por último, pedimos-lhe alguns dados sobre si:**

Homem \_\_\_ Mulher \_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua participação!**